Intellectus
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL

Área: Educação Cultura e Sociedade
Nº 35 Vol 4 Outubro/Dezembro 2016.

ISSN 1679-8902

3 **EDITORIAL**
Prof.ª Dr.ª Regina Maringoni de Oliveira

ARTIGOS

4 **OS DIREITOS HUMANOS E O PROBLEMA DO REFUGIADO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**
BARSALINI, Glauco

19 **A INSTITUIÇÃO: LUGAR DE RESSIGNIFICAÇÃO DE IDENTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**
PAULINO-PEREIRA, Fernando César

33 **ENTRE O AMPLO E O ESPECÍFICO: MECANISMOS DE CCONTROLE SOBRE OS TRABALHADORES DA CVRD DE 1959-61**
GRANDSON, Douglas Edward Furness

53 **LETRAMENTO DIGITAL NO ENSINO DE INFORMÁTICA PARA IDOSOS**
TARALLO, Roberta dos Santos

67 **"LAR FELIZ": RELATO DE PESQUISA EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**
PAULINO-PEREIRA, Fernando César

ENSAIO

78 **REFLEXÕES SOBRE OS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM**
PEREIRA, Patrick

Áreas de publicação:

Ciências Exatas e Tecnológicas
Ciências Sociais Aplicadas
Educação, Cultura e Sociedade
Saúde

Unidas pela educação

FACULDADE JAGUARIÚNA
FACULDADE MAX PLANCK
www.faj.br • www.facmaxplanck.edu.br

ISSN 1679-8902

Intellectus Revista Acadêmica Digital. Revista científica das seguintes instituições: Faculdade Jaguariúna e Faculdade Max Planck.
Eletrônica
Trimestral
Inclui Bibliografia

Editora Chefe:
Profª. Drª. Ana Maria Girotti Sperandio
Assessora Acadêmica da Faculdade Jaguariúna
Pesquisadora do LABINUR //FEC/UNICAMP

Equipe Técnica
Patrick Pereira
Maria Virginia Rosa
Anderson Augusto Dal'Bó
Equipe de Tecnologia da Informação Faj/Max Planck
Equipe de Marketing Faj/Max Planck

EDITORIAL

Prof.ª Dr.ª Regina Maringoni de Oliviera

Prezado Leitor:

Renomados historiadores e cientistas políticos afirmam, em suas análises sobre a Sociedade Ocidental, que nossa contemporaneidade se configura como uma nova Era histórica, a qual podemos chamar de “Era da Incerteza”, dada às velocidades e trajetórias nem sempre previsíveis das transformações em curso. Incomensuráveis quebras de paradigmas, mudanças de valores e um certo desencanto com nosso mundo marcam a tônica dessa época.

O que se pode indagar, a partir das palavras acima, é como deve ser a qualidade de preparação para os/as que participam e partilham suas vidas neste imprevisível e dinâmico mundo. Qual Educação, entendida como processo de formação humana, deve ser constituída frente a tais desafios.

Para corresponder a essa imprescindível reflexão, a Revista Intellectus contempla-nos, neste volume, com um conjunto de excelentes produções acadêmicas acerca da Educação, em abordagens que a entendem em sua dimensão formativa humana, impactada num mundo em transformação.

Esperamos, destarte, que o aqui apresentado gere reflexões significativas sobre Educação, no sentido em que nos ensinou Paulo Freire: a Educação sozinha não muda o mundo, mas sem ela, essa mudança torna-se impossível.

Boa leitura !

OS DIREITOS HUMANOS E O PROBLEMA DO REFUGIADO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO[1]

The Human Rights and the refugee issue in the current world

http://dx.doi.org/10.21116/2016.4

BARSALINI, Glauco
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ALMEIDA, Patrícia Aparecida de
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo: No caminho do que propõe o filósofo brasileiro Oswaldo Giacoia Junior, o presente artigo discute a problemática do refugiado no mundo contemporâneo utilizando-se, para tanto, do conceito de *homo sacer* desenvolvido pelo jusfilósofo hodierno Giorgio Agamben. Por sua pertinência ao tema invoca-se, aqui, formulações do jurista e cientista político Norberto Bobbio acerca dos direitos humanos, contribuições de Flávia Piovesan a respeito da legislação internacional relativa aos direitos humanos, bem como o conceito de *biopolítica* desenvolvido por Michel Foucault. Finalmente, a partir de documentos do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e à luz dos pensadores mencionados, realiza-se breve análise sobre a realidade de refugiados na atualidade.

Palavras-chave: direitos humanos; homo sacer; refugiado.

Abstract: *In the way that is purposed by the Brazilian philosopher Oswaldo Giacoia Junior, the present article discuss the refugee's problematic in the current world using, for this, the homo sacer concept developed by the hodiernal philosopher Giorgio Agamben. By its pertinence to the theme, it is evoked formulations bu the jurist and politic scientist Norberto Bobbio about the Human Rights, contribution of Flávia Piovesan about the international legislation relative the Human Rights, as well as biopolitcs concepts developed by Michel Foucault. Finally, from the UNHCR documents (UN Refugee Agency), and from the light of the thinkers mentioned, it is done a brief analysis about the refugee reality today.*

Key-Words: *human rights, homo sacer, refugees.*

> *"Ao longo de todo o tempo em que aqui estive, ansiei inconscientemente - e por vezes conscientemente - por confiança, amor e afeição fisica. Este anseio pode variar em intensidade, mas está sempre presente."*
>
> *Anne Frank*

[1] O presente artigo, aqui parcialmente reformulado, foi apresentado no XX Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas, 2015 (trabalho que ganhou publicação nos Anais do evento) sob o título "O *homo sacer* contemporâneo: do "muçulmano" ao refugiado."

Introdução

O texto que se segue visa problematizar os direitos humanos e compreender melhor as implicações que envolvem o refugiado no mundo atual. Para tanto, divide-se em duas etapas: primeiramente, apresenta reflexões conceituais sobre a temática e, em seguida, promove, à luz de tais formulações, discussão acerca de documentos de direito internacional atinentes aos direitos dos refugiados.

O artigo desenvolve certo diálogo entre Norberto Bobbio, Flávia Piovesan, Michel Foucault, Giorgio Agamben e Oswaldo Giacoia Junior. Ao trabalhar com os conceitos de biopolítica e de *homo sacer*, objetiva problematizar a estrutura estatal, entendendo que ela se funda sobre a violência, criando ambivalências. Compreende, pois, que a fundamentação e aplicação dos direitos humanos e, por conseguinte, dos direitos dos refugiados encerram, em si, um paradoxo: se por um lado defendem a dignidade àqueles que migram forçadamente de suas pátrias, por outro, são instrumentos para escamotear-se a efetiva emancipação dos indivíduos expostos.

Nessas bases metodológicas promove-se análise sobre documentos acerca dos refugiados, concluindo pelo caráter provisório de seus direitos.

1. Os Direitos humanos, a biopolítica e a figura do *homo sacer*

Norberto Bobbio (2004) inventaria a história dos direitos humanos, desde o surgimento das questões sobre fundamentação, estruturação e positivação de tais direitos. O autor se filia à corrente dos defensores dos direitos humanos e de que eles representam, de fato, um progresso da humanidade, algo “desejável” e que deve ser perseguido. Destaca o que para ele seria o problema real com o qual os juristas devem realmente se preocupar, a saber, a aplicação dos direitos humanos e aponta, também, a importância e a grande conquista nesse campo: a positivação de uma série de questões morais, constitutivas do Preâmbulo dos Direitos Humanos, conjunto de valores inestimáveis para história do mundo. Ressalta, ainda, que há um caminho a seguir a fim de que estas leis morais não se “cristalizem”, e que o direito deve estar atento para a dinâmica social, de modo a acolher os novos conceitos e padrões morais que se estabelecem ou que se querem fixar, promovendo as devidas adaptações junto às transformações ocorridos nas sociedades bem como às demandas que nelas surgem. Aduz que as transformações sociais ocorridas na

sociedade contemporânea impuseram grandes desafios para os direitos humanos e ressalta o caráter positivo da normatização dos direitos humanos. Concordando com a proposição de Kant, Bobbio defende que a humanidade estaria "destinada" rumo ao avanço moral:

> *Inspirando-me nessa extraordinária passagem de Kant, exponho a minha tese: do ponto de vista da filosofia da história, o atual debate sobre os direitos do homem - cada vez mais amplo, cada vez mais intenso, tão amplo que agora envolveu todos os povos da Terra, tão intenso que foi posto na ordem do dia pelas mais autorizadas assembleias internacionais - pode ser interpretado como um "sinal premonitório" (signum prognosticum) do progresso moral da humanidade. (BOBBIO, 2004, p. 49)*

O jurista reconhece, contudo, que há muito a se fazer para que se chegue à perfeita conclusão deste avanço ao progresso moral, e que a humanidade está longe de seu pleno cumprimento. Entende, pois, que os direitos humanos se constituem como um "projeto" de longo prazo.

Em harmonia com Bobbio, a jurista Flávia Piovesan (2010) expõe os precedentes da internacionalização e universalização dos direitos humanos. Em sua abordagem elenca fatores importantes constitutivos da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e, em sequência, da promulgação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), eventos que contribuíram para o início da solidificação dos direitos humanos no sistema do Direito Internacional. Nas palavras da autora: "Não mais poder-se-ia afirmar, no fim do século XX, que o Estado pode tratar de seus cidadãos da forma que quiser, não sofrendo qualquer responsabilização na arena internacional" (PIOVESAN, 2010, p. 123).

Piovesan aponta a centralidade das Nações Unidas para o processo de solidificação dos direitos humanos em escala internacional. Destaca que a Organização desempenhou papel fundamental na reconfiguração de um novo contexto das relações internacionais, que passaram a ser redefinidas segundo parâmetros estabelecidos por seu documento de fundação, a Carta das Nações Unidas (1945). Nela se assinalaram, a título universal e, portanto, como norteadores para toda a comunidade internacional, as principais preocupações e objetivos da defesa dos Direitos Humanos. Neste contexto, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* aflorou como proposta para uma "ética universal" composta, portanto, por princípios centrais que deveriam ser adotados por todos Estados do mundo,

pautando-se, centralmente, na preservação da dignidade humana com a finalidade da promoção de direitos – mediante o amparo de leis – à todos os seres humanos. A autora aduz que, no que se refere às indagações quanto ao valor jurídico da Declaração, uma série de nomenclaturas valorativas são descartadas: seu caráter internacional não inibe seu valor jurídico porque os países signatários assumem a obrigação de proteger os direitos humanos promovidos pela Declaração.

Em linha diversa à de Bobbio e à de Piovesan, Michel Foucault (2005) demonstra que, em complementação ao "velho direito de soberania" (o absolutismo), desde o século XVIII o Estado engendra uma nova forma de governar a partir do que a vida ganha relevância central. Inaugura-se a era da biopolítica e do biopoder. Enquanto no absolutismo a ordem era "fazer morrer e deixar viver", ou seja, o poder que se exercia sobre a vida humana era total no sentido de que o rei podia trucidar o seu súdito, na modernidade o soberano passa a "fazer viver e deixar morrer". Cria-se, então, uma nova técnica de intervenção política, cujas ferramentas atuam sobre a natalidade, a morbidade e as incapacidades biológicas diversas, o que permite maior controle sobre a sociedade. Aqui, o Estado possui informações, desde as mais gerais até as atinentes às minúcias da vida dos cidadãos a partir do que passa a direcionar a sua atuação, intervindo na forma de vida da população e mantendo, com isso, "o controle" sobre toda a sociedade e sobre cada um dos indivíduos, garantindo, sempre, o *status* de detentor do poder. Quanto às variáveis humanas sobre as quais atua:

> *São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (FOUCAULT, 2005, p. 290)*

Ao perscrutar sobre a origem do Estado moderno, o pensador francês problematiza a estrutura estatal, sua conduta e suas formas, chegando à conclusão de que, em sua gênese, o Estado possuiu este caráter violento e excludente. Nesse sentido o papel e posição da população neste cenário, segundo Foucault, é de que:

> *A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo*

> *que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. (FOUCAULT, 2000, p. 375)*

A biopolítica implica em que de um lado o Estado promove a vida e, de outro, ele escolhe quais vidas devem viver e quais podem morrer - e de que modo isso deve acontecer. O Estado é, portanto, na sua própria gênese, violento, violência essa que se funda no preconceito e no racismo. Foucault destaca:

> *Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano. A justaposição, ou melhor, o funcionamento, através do biopoder, do velho poder soberano do direito de morte implica o funcionamento, a introdução e a ativação do racismo. E é aí, creio eu, que efetivamente ele se enraíza. (FOUCAULT, 2005, p. 309)*

No caminho de Michel Foucault, com o intuito de construir uma reflexão acerca da exclusão dos seres humanos, Giorgio Agamben (2004) avança, utilizando o termo romano *homo sacer.* Toma por empréstimo, nesse caso, específica conotação dada na antiguidade ao referido termo: a do homem destituído de todo e qualquer amparo a seu favor, aquele que pode ser morto sem que essa ação seja considerada crime, a *vida nua.* Aqui, Agamben retoma os conceitos gregos de *zoé* e *bíos* – o primeiro, referente à vida na dimensão biológica, no sentido da existência física, dos aspectos morfológicos que todos os seres humanos possuem e, o segundo, relativo à dimensão política, correspondendo à cidadania, à condição que confere direitos e deveres aos seres humanos. O *homo sacer* é aquele que está na fratura entre *biós* e *zoé*; é *vida nua*, povoa um reino que se inaugura no limiar dado entre a vida e a morte, uma fenda entre um lugar e outro. Ele é lançado ao lugar da não-vida e da não-morte e por isso é, pois, não propriamente um vivente, mas um sobrevivente.

Em *O que resta de Auschwitz*, Agamben identifica o *homo sacer* na figura do "muçulmano", presos que, no campo de concentração, sobreviviam à mais degradante das condições. Doentes e desnutridos, eram sobreviventes já incapazes de reagir à hostilidade, nem à raríssima gentileza ou a qualquer outro estímulo: eram como "mortos vivos". O "muçulmano" era desprezado até mesmo pelos demais prisioneiros como, também, pelos carrascos. Ao colocar em discussão a figura do *homo sacer*, identificando a sua existência, Agamben problematiza a estrutura que cria a *vida nua*. Acusa a consolidação, na contemporaneidade, do estado de

exceção permanente, em que a biopolítica, como política calcada na violência, gera a separação radical entre incluídos e excluídos. Além do "muçulmano", existem outros exemplos de *homo sacer*, figuras criadas por uma estrutura estatal excludente e violenta, dentre as quais, o refugiado: aquele que acarreta estranhamento entre as condições de homem e cidadão, "figura inquietante", "conceito-limite" que ameaça a organização e a lógica do Estado que se ergue sobre os conceitos de soberania, nação e território. Nas palavras de Agamben (2015, p. 30), o refugiado "é considerado por aquilo que é, ou seja, nada menos do que um conceito-limite que põe em crise radical os princípios do Estado-nação e, ao mesmo tempo, permite liberar o campo para uma renovação categorial doravante inadiável. " É, pois,

> *[...] a única figura pensável do povo no nosso tempo e, ao menos até quando não for realizado o processo de dissolução do Estado-nação e da sua soberania, a única categoria na qual hoje é permitido entrever as formas e os limites de uma comunidade política por vir. (AGAMBEN, 2015, p. 24)*

Em diálogo com as obras de Michel Foucault e de Giorgio Agamben, Oswaldo Giacoia Júnior problematiza a temática direitos humanos. Para tanto, recupera a discussão levantada por Karl Marx, em o 18º Brumário de Napoleão Bonaparte, a respeito da diferenciação entre homem e cidadão. Marx observa que se apresentam dois termos distintos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão: homem e cidadão. O homem é aquele que vive a condição da cidadania efetiva – é, pois, o burguês. Cidadão corresponde a uma ficção jurídica que, aplicável a todos os indivíduos, somente se realiza no burguês, nunca no proletariado. A respeito da "condição volátil e inexequível" dos direitos humanos, construídos no século XX, Giacoia aduz:

> *Ora, no século XX, em decorrência da configuração da sociedade burguesa como uma sociedade de massas, emergente da revolução industrial, esses direitos passam a evidenciar seu inegável condicionamento histórico, assim como sua condição volátil, mostrando-se inexeqüíveis precisamente em relação a seres humanos despossuídos de todos os atributos e qualidades diversos da mera e nua pertença ao gênero humano. Desprovidos de um estatuto político definido e, portanto, desprovidos da proteção das comunidades jurídico-políticas nacionais, estavam também concretamente privados dos presumíveis direitos humanos universais. (GIACOIA, 2008, p. 6-7)*

A crítica acima se refere à aplicação de tais direitos. Na distância imposta entre burgueses e trabalhadores (Marx) ou na impossibilidade de que o trabalhador - animal *laborans* - acesse algo mais do que a mera unidade produtiva (Hannah Arendt), constata-se que muitos e muitos sujeitos estão alijados da integralidade dos direitos do ser humano.

Na concepção de Foucault e de Agamben, o ponto principal se refere à "função histórica" dos direitos humanos diante do modelo biopolítico. Sobre isso, Giacoia discorre:

> *[...] ao lado da função emancipatória das declarações de direitos fundamentais, seria também indispensável perceber que elas integram o dispositivo de abandono da vida nua à violência dos mecanismos de poder. Ora, é nesse sentido que a arqueologia das sociedades européias modernas, configuradas como sociedades bio-políticas ao longo do século XVIII e depois, fornece um instrumental teórico indispensável para as análises de Agamben. (GIACOIA, 2008, p. 9)*

O que a arqueologia das sociedades modernas europeias realizada por Foucault demonstra é que a biopolítica se constitui como uma forma violenta de controle da vida humana fundada em certo "racismo político". Agamben, por sua vez, sugere que os direitos humanos não escapam de tal violência dado que, se por um lado constituem-se como "mecanismos de asseguramento dos direitos individuais e de liberdades públicas", por outro, compõe-se como instrumentos "de re-significação e investimento jurídico-político da vida no arcabouço institucional do Estado-nação" (GIACOIA, 2008, pp. 8 e 9). Aqui, Giacoia promove uma relação de proximidade entre os termos *vida nua* e *vida sacra*, afirmando: "A meu ver, é a sacralidade - comum ao *homo sacer* e ao caráter sagrado dos direitos humanos fundamentais - que institui uma insidiosa cumplicidade entre a *vida nua* e o poder (bio-político) do direito." (GIACOIA, 2008, p. 9). O filósofo brasileiro não nega os benefícios que os direitos humanos trouxeram ao longo da história, entretanto, aponta o "caráter bifronte" de tais direitos. Há, de um lado, os benefícios que eles trazem mas, de outro, deve-se notar que eles se atrelam ao caráter violento do poder soberano, do que resulta, necessariamente, a exclusão humana. Escreve:

> *Não se trata, insisto, de uma condenação maniqueísta das declarações de direitos, que marcam o surgimento do constitucionalismo moderno. Trata-se, antes, de reconhecer que, ao lado de seu papel efetivamente emancipatório, de*

> *defesa contra o arbítrio e o despotismo do Estado, é preciso notar o caráter bifrontal de todo evento político decisivo. Nesse sentido, as declarações de direitos são a outra face do racismo bio-político. (GIACOIA, 2008, p. 14)*

2. Os direitos dos refugiados

À *Declaração Universal dos Direitos Humanos* sobrevieram, a partir de novas necessidades e demandas sociais, medidas de caráter jurídico como pronunciações e a criação de estatutos específicos, a exemplo do Estatuto dos Refugiados.

Acolhendo a associação do refugiado com o *homo sacer*, feita por Giorgio Agamben, assim como por Oswaldo Giacoia Júnior, analisaremos, em seguida, alguns dos documentos da ONU destinados aos refugiados, a saber, a *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)* e a *Determinação do Estatuto do Refugiado (1977)*. A *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados* é um dos principais documentos quanto à promoção do refugiado, sendo basilar e referencial para os demais documentos produzidos. Ela contém desde a definição da condição de refugiado aos seus principais benefícios, proteções e garantias tais como o direito à liberdade, ao credo religioso, à documentação de identificação, ao trabalho, dentre outros. A *Convenção* e a *Determinação do Estatuto do Refugiado* não são, na sua inteireza, taxativas. Há, em tais documentos, dispositivos menos claros, que permitem diversas interpretações, o que dá margem a possibilidades de efetivação em maior ou em menor grau do que parece ser o seu espírito, ou a sua intenção: a proteção ao refugiado. Encontra-se, na *Determinação do Estatuto do Refugiado*, 28ª. Sessão do Comitê Executivo, 1977:

> *(i) O funcionário competente (por exemplo, funcionário de imigração ou da polícia de fronteiras) a quem o requerente, pessoalmente, se dirige na fronteira ou no território de um Estado contratante, deverá ter instruções claras para lidar com casos que possam cair no âmbito de instrumentos internacionais relevantes. Deve ser-lhe exigido que actue de acordo com o princípio de non-refoulement e que submeta esses casos a uma autoridade superior. (ACNUR, 1977)*

O *non-refoulement*, princípio do direito internacional, é definido como a garantia de não devolução de uma pessoa ao local que lhe tenha apresentado risco. A essência desse princípio é tratada também pelo Art. 33 da Convenção:

> *Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas. (NAÇÕES UNIDAS, 1951, p. 16)*

O fato de que os países signatários da Convenção não possam expulsar refugiados para fronteiras de territórios em que sua vida ou liberdade estejam sob ameaça por motivo racial, religioso, de nacionalidade, ético ou político não implica, todavia, que tais Estados tenham de aceitar, necessariamente, pedido de refúgio. E esse tipo de negação não é incomum. O Estatuto, como as pronunciações, têm, pois, caráter provisório. Não garantem o reconhecimento de direitos plenos de cidadania e nem tampouco de permanência àqueles que não podem retornar aos seus países, o que os coloca sob o sério risco de terem suas vidas ou liberdade ceifadas ou cerceadas. Nas palavras de Agamben (2015, p. 28), "[...] o estatuto do refugiado foi sempre considerado, mesmo ou no melhor dos casos, como uma condição provisória, que deve levar ou à naturalização ou à repatriação. Um estatuto estável do homem em si mesmo é inconcebível no direito do Estado-nação. "

Nesta linha de raciocínio, vale a citação do Estatuto: "Art. 7º. Ressalvadas as disposições mais favoráveis previstas por esta Convenção, um Estado Contratante concederá aos refugiados o regime que concede aos estrangeiros em geral. " (NAÇÕES UNIDAS, 1951, p. 5). Ao refugiado se nega, pois, a cidadania. Equipará-lo ao estrangeiro não significa equipará-lo ao cidadão. Nesse sentido, na estrutura da soberania contemporânea, refugiados e estrangeiros não são tão cidadãos quanto os naturais ao Estado em que se encontram. A eles se destina um regime próprio e nunca politicamente integral.

A nota de *Protecção Internacional em Situações de Influxo em Larga Escala (1995)* do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) aborda, dentre as principais preocupações que o problema do refugiado pode causar a um país, acerca da necessidade de número significativo de pessoas (ou grupos de pessoas) obterem refúgio em um único país. No documento apresentam-se algumas

das dificuldades práticas na aplicação do Estatuto como relatos que evidenciam a violação do regimento e, também, o empenho de Estados para inviabilizar a entrada de refugiados, o que reforça ainda mais a vulnerabilidade da condição das pessoas refugiadas. Tais apontamentos expõem irregularidades a serem combatidas, referindo-se às negligencias que são cometidas, em sua maioria, por parte dos Estados e indicando a importância de que esses Estados, pelo contrário, exerçam papel positivo como colaboradores, fornecendo ajuda e proteção aos que a eles pedem socorro.

A respeito da biopolítica, Michel Foucault se refere ao racismo como meio pelo qual é justificada a ação violenta do Estado. Seguindo essa linha, os trechos da nota do ACNUR relatam indícios e os riscos desse tipo de atuação na contemporaneidade:

> *A flagrante violação dos direitos humanos por vários Estados, ou entidades não estatais, que seguem políticas de 'limpeza étnica' em diferentes regiões, tem vindo a aumentar a pressão sobre a questão da protecção. (ACNUR, 1995, p. 2)*
>
> *16. Em algumas situações, os refugiados e os requerentes de asilo foram vítimas de ataques racistas. (ACNUR, 1995, p.6)*

Dentre os documentos direcionados aos refugiados nas diversas questões encontra-se, também, o que se destina ao caso das crianças (*Crianças refugiadas, 1989*) e aquele que cuida da questão das mulheres (*As mulheres refugiadas e a proteção internacional, 1990*), alarmando para a urgência das necessidades especificas desses "sub-grupos". Esse fato realça posições de maior inferioridade dentro do grande "grupo de refugiados", desvinculando-se ainda mais de uma concepção de humanidade. Mulheres e crianças, seja pelo preconceito, pelas necessidades não supridas ou, então, pela dependência, são lançadas à *vida nua.* Elas se tornam, pois, comparáveis ao "muçulmano" do campo de concentração de Auschwitz. Conforme trecho, respectivos à proteção de crianças refugiadas:

> *(e) Condenou a exposição das crianças refugiadas a violência física e outras violações aos seus direitos fundamentais, quer seja através de abusos sexuais, tráfico de crianças, actos de pirataria, ataques militares ou armados, recrutamento forçado, exploração política ou detenção arbitrária e apelou à acção nacional e internacional que impeçam tais violações e que apoiem as vítimas;*

> *(i) Sublinhou a situação especial das crianças não acompanhadas e crianças separadas dos seus pais, que se encontram ao cuidado de outras famílias, incluindo as suas necessidades no que se refere à determinação do seu estatuto, providências para apoio físico e emocional e esforços para encontrar vestígios dos pais ou familiares;(ACNUR, 1989)*

Os documentos revelam a necessidade de se acentuar a atenção às categorias especificas - mulheres e crianças - denotando sua maior vulnerabilidade dentre os refugiados, Destaque-se o registro de "grande preocupação a frequente incidência de violações dos direitos das mulheres refugiadas e das suas necessidades específicas." (ACNUR, 1990)

Vários são os apontamentos reunidos nos documentos do ACNUR, a respeito de descumprimento e desamparo quanto aos termos de proteção do refugiado. Vale a citação:

> *As medidas restritivas impostas pelos Estados incluem barreiras físicas e jurídicas para impedir a entrada de refugiados ou a obtenção de asilo nos seus territórios; regressos forçados e maciços, bem como a inexistência de padrões de tratamento uniformizados a nível internacional, conduzem, por vezes, a que os refugiados caiam no esquecimento. (ACNUR, 1995, p. 3)*

Ainda,

> *Ao mesmo tempo, embora continue a ser importante a codificação na lei dos princípios fundamentais, a mera adesão aos instrumentos relevantes tem-se mostrado insuficiente para garantir uma resposta consistente e generosa às necessidades dos refugiados. Persiste um conjunto de factores implícitos, políticos, económicos e sociais, que podem também influenciar a resposta dos Estados face a influxos de refugiados e que podem inspirar medidas que estejam em conflito com os direitos básicos dos refugiados e dos requerentes de asilo. (ACNUR, 1995, p. 5)*

O que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados acusa é que os mesmos Estados que aderem a direitos internacionais também, dicotomicamente, não os cumprem. Ao reforçar a importância da codificação dos princípios fundamentais, o ACNUR parece não perceber a lógica dos poderes soberanos: a de geração de um estado de exceção permanente que cria excluídos e, ao mesmo tempo, leis para incluí-los, nunca integralmente mas, ao contrário, sempre precariamente. Incluídos em tais circunstâncias são provisórios: podem ser excluídos a qualquer momento. São os refugiados, os *homo sacer* contemporâneos.

Considerações Finais

Este artigo teve por finalidade explorar, ainda que de modo breve, a problemática do refugiado em face dos direitos humanos. Ao refletir sobre tais direitos, Norberto Bobbio conclui que eles significam, de fato, um avanço para o projeto civilizatório da humanidade. Na mesma linha, Flávia Piovesan destaca o progresso legal dos direitos humanos no âmbito internacional. Michel Foucault, Giorgio Agamben e Oswaldo Giacoia Junior, por seu turno, promovem forte crítica aos destinos dos direitos humanos – de modo explícito, em Agamben e em Giacoia Junior, à relação entre os mesmos direitos e o refugiado contemporâneo. Ante as "incompatibilidades" entre dispositivos legais e as ações dos Estados, pode-se perceber como a biopolítica opera na atualidade, excluindo sujeitos de seus direitos de nacionais ou de cidadãos e incluindo-os, ao mesmo tempo, nos direitos humanos – estes, de caráter universal mas, nem por isso, garantidores de efetiva cidadania àqueles que alcança.

No centro das tensões entre o real exercício do poder soberano próprio aos Estados-Nação e a perspectiva finalista dos direitos humanos aos quais muitos desses Estados se comprometem na condição de signatários, revela-se certa fragilidade dos mecanismos internacionais de proteção. Não é incomum constatar-se, em vários casos, a atuação negativa de Estados formalmente comprometidos com a proteção universal dos seres humanos - e, portanto, com os princípios que regem a atuação do ACNUR -, no acolhimento efetivo de refugiados. Reserva-se aos refugiados tratamento meramente provisório, o que é mais patente, ainda, nos casos de diversidade religiosa e étnico-raciais, elementos que, em contraste com nacionalismos radicais, não raro, inspiram impedimentos por países contemporâneos, destacadamente parte das nações mais ricas do mundo, a pequenos grupos ou a grandes populações.

Este artigo procurou tornar clara a condição de vulnerabilidade a que a figura do refugiado está exposta. Excluído pela força do poder soberano estatal ele é, por outro lado, incluído pelos direitos humanos internacionais. Justamente por isso o refugiado contemporâneo é, conforme Agamben (2015), aquele que tem potência

para motivar uma crise à lógica “atual”, a qual se estabelece na tríplice Estado-nação-território; é, pois, a chave para o aparecimento de uma nova dinâmica política.

REFERÊNCIAS

ACNUR. *Crianças refugiadas.* 1989. [online]. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bfolder%5D=169> Acesso em 15 de junho de 2015.

_____. *Determinação do estatuto do refugiado.* 1977. [online]. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bfolder%5D=169> Acesso em 14 de junho de 2015.

_____. *Protecção Internacional em Situações de Influxo em Larga Escala.* 1995. [online]. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bfolder%5D=169> Acesso em 15 de junho de 2015.

_____. *As mulheres refugiadas e a proteção internacional.* 1990. [online]. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bfolder%5D=169> Acesso em 15 de junho de 2015.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer:* o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. *Meios sem fim:* Notas sobre a política. Trad. Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *O que resta de Auschwitz:* o arquivo e a testemunha. Homo Sacer III. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. Apresentação de Celso Lafer. Nova edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Microfísica do poder*. 15ª. Ed. Graal - RJ, 2000.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Sobre direitos humanos na era da biopolítica*. Kriterion: Revista de Filosofia. no. 118, vol. 49. Belo Horizonte, Dec. 2008. http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2008000200002. In:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-512X2008000200002&script=sci_arttext

NAÇÕES UNIDAS. *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados*. 1951. [online]. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bfolder%5D=181&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid> Acesso em 14 de junho de 2015.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

Agradecimentos:

Nossos agradecimentos ao CNPq - pelo financiamento da bolsa de pesquisa à acadêmica Patrícia Aparecida de Almeida - e à Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pelo apoio no desenvolvimento deste artigo.

Breve Currículo dos autores:

Glauco Barsalini

Professor Pesquisador do Programa de Mestrado em Ciências da Religião, Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Orientador da pesquisa de que se originou o presente artigo. E-mail: glaucob@puc-campinas.edu.br

Patrícia Aparecida de Almeida

Graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pesquisa realizada a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Instituição Financiadora: CNPq. E-mail: patricia.aa2@puccampinas.edu.br

A INSTITUIÇÃO: LUGAR DE RESSIGNIFICAÇÃO DE IDENTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

The Institution: Place Reframing Identity of Children and Adolescents

http://dx.doi.org/10.21116/2016.5

PAULINO-PEREIRA, Fernando César.
Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão

RAMOS, Jaqueline
Faculdade de Jaguariúna

SANTOS. ALVES, Lara Gabriella
Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão

ZAPPAROLI, Liliane Genain
Faculdade de Jaguariúna

RESUMO: O objetivo deste estudo foi refletir acerca das peculiaridades da instituição de Incentivo a Crianças e Adolescentes , e suas consequências para formação da identidade de crianças e adolescentes. O método utilizado para alcançar os objetivos propostos foi a utilização, na Instituição de Incentivo a Crianças e Adolescentes (ICA), de observação participativa em três encontros com cerca de quarenta jovens, com idade entre 10 á 15 anos. A Instituição é voltada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e tem como objetivo desenvolver a consciência da realidade e de suas potencialidades através do aprimoramento moral, ético e de cidadania, viabilizando a capacitação profissional dos jovens, criando espaço de expressão e produção artística. Os resultados obtidos revelam que a Instituição é vista pelos jovens de forma positiva. A instituição oferece espaço para que o adolescente desenvolva seus papéis sociais, contribuindo também para a formação da identidade destes indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: instituição; adolescentes; identidade.

ABSTRACT: *The aim of this study was to reflect on the peculiarities of institutionalization and consequences for identity formation of children and adolescents. The method used to achieve the proposed objectives was to use the institution of Incentives for Children and Adolescents (ICA) of participant observation in three meetings with about forty young people, aged 10 to 15 years. The Company is focused on children and adolescents in situations of social vulnerability and aims to develop awareness of reality and its potential by improving moral, ethical and citizenship, enabling the training of young people, creating space for expression and artistic production. The results show that the institution is seen by young people in a positive way. The institution offers a space for your teen develop their social roles, contributing to the formation of the identity of these individuals.*

KEYWORDS: *institution, adolescents, identity.*

INTRODUÇÃO

Por volta do século XX a adolescência passa a ser objeto de estudo para as ciências médicas e psicopedagógicas que buscam reorganizar a vida humana, tento em vista a partir da política de higienização[1] a criação de um "adulto ideal", para assim, instituir a chamada sociedade disciplinar (César, 1998). Segundo César (1998), o modelo de "adulto ideal" seria um individuo do sexo masculino, caucasiano, heterossexual, reprodutivo, livre de doenças e anomalias e proprietário.

Para a criação de uma sociedade disciplinar, surge a necessidade de se voltar à atenção para as crianças e adolescentes, estruturando um novo modelo de família. O médico instaurou-se no interior das famílias, estabelecendo uma aliança da qual dependeria o sucesso nos cuidados e na educação física, intelectual e moral dos filhos (César, 1998).

Uma vez que a adolescência foi ligada a um problema relacionado á educação, via-se a necessidade de se fortalecer a família e as escolas, para que através destas os jovens fossem preservados das corrupções e vícios da sociedade.

Este trabalho tem como objetivo refletir acerca das peculiaridades da Instituição de Incentivo a Crianças e Adolescentes (ICA) da cidade de Mogi Mirim-SP, e as consequências para formação das identidades dos adolescentes e crianças que nela se encontram. Trata-se de um trabalho qualitativo exploratório, visando oferecer informações sobre o objeto e orientar a formulação de hipóteses.

Utilizaremos aqui um comparativo com a definição de Instituição total trazida por Goffman (2001) como um local de residência e trabalho onde um grande numero de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. Na Instituição total, se controla ou busca-se controlar a vida dos indivíduos a elas submetidos, substituindo todas as possibilidades de interação social por determinações internas. Embora a instituição pesquisada não se trate propriamente de uma instituição Total, tal

[1] Entre o século XIX e início do século XX, as Ciências Biológicas e as Ciências Humanas tomam o Homem como objeto de investigação. A Medicina Higiênista surge como forma de ensinar os indivíduos como eles devem se comportar, visando à formação de indivíduos ideais.

qual a problematizada por Goffman, pelo fato de seus usuários voltarem para casa e terem as responsabilidades legais cumpridas pela família ou substituto, entende-se que o tipo de relação desenvolvida entre as crianças e adolescentes e o ICA torna bastante relevante o estudo das referências emocionais e sócias estabelecidas, comparadas aqui com o processo de institucionalização descrita pelo referido autor.

Foram realizados três encontros de 04 horas de duração cada um, na Instituição de Incentivo á Crianças e Adolescente (ICA), Mogi Mirim/SP, de proteção social básica e educacional, tendo uma profissional responsável, a psicóloga V.C.P.C.

No primeiro encontro o objetivo foi levantar dados para análise da instituição. Foi realizada entrevista aberta com a psicóloga responsável, com os demais profissionais da área de educação e observações a cerca da dinâmica e estrutura física do local.

No segundo encontro foi realizada uma observação participativa com dois grupos de jovens, através de uma atividade que tinha como finalidade observar qual a representação que os mesmos possuem de si no grupo em questão. Segundo Cruz Neto (1994), a observação participativa ocorre através do contato direto entre o pesquisador e o fenômeno observado, buscando desta forma obter informações sobre a realidade social dos atores sociais em seus próprios contextos.

O primeiro grupo foi composto por quarenta indivíduos com idade entre 10 á 13 anos e o segundo grupo foi composto por trinta indivíduos com idade entre 14 e 15 anos. No terceiro e último encontro foi realizado uma nova observação participativa com os mesmos grupos de jovens, através de uma atividade que consistia em observar qual expectativa que os indivíduos possuíam com relação as suas pessoalidades.

Para realização de tais atividades foram disponibilizados pelas estagiárias: papel sulfite, papel cartolina, giz de cera, lápis de cor, lápis grafite, borracha e apontador. Cada atividade teve a duração de aproximadamente uma hora e trinta minutos. Após a conclusão era proposto para os grupos discussões a cerca do que fora produzido por eles durante o encontro.

Em todos os encontros foram realizados pelas estagiárias diários de campo, constando informações referentes às observações feitas sobre o local,

bem como sobre os comportamentos dos jovens que frequentam a instituição. Para concluir foi realizada uma análise qualitativa dos dados coletados, por meio de análise de conteúdo.

O Diário de Campo é um instrumento importante a ser utilizado. É através dele que se faz possível relatar as experiências vividas pelo pesquisador. Nos Diários, que são relatos retirados à partir da percepção dos sentidos, há que se estar atento ao que se olha e a forma como olhamos a coisa observada, o olhar do pesquisador é reflexo de experiências passadas que são mescladas com as vividas no campo. Este instrumento torna-se de grande valia quanto a forma com que ele possibilita um registro dos dados, é através deste registro que se pode planejar uma melhor intervenção ou até mesmo para possibilitar elementos emancipatórios aos participantes da pesquisa.

Para Hall (citado por César, 1998), os adolescentes possuem um papel fundamental na formação de uma "nova sociedade", para isso faz-se necessário também à criação de um sistema educacional voltado para os cuidados com o desenvolvimento físico e emocional dos jovens.

Segundo Ciampa (2005), a identidade é compreendida como um processo de metamorfose permanente, cuja dimensão temporal envolve diferentes momentos. Esse conceito de identidade vem sendo desenvolvido a partir dos pressupostos que servem de base para o referencial teórico da Psicologia Social, que se preocupa em conhecer como cada um se constrói como indivíduo humano que, assim, ao mesmo tempo em que age como ator social, vai se tornando autor de ações que podem determinar transformações da sociedade as quais, ao se concretizarem, concretizam o processo histórico como síntese de natureza e cultura.

Kathryn Woodward (citado por Santos. Alves, 2015) afirma que a identidade tem se destacado como uma questão central nas discussões contemporâneas, no contexto das reconstruções globais das identidades nacionais e étnicas e da emergência dos novos movimentos sociais, os quais estão preocupados com a reafirmação das identidades pessoais e culturais.

A psicologia do desenvolvimento em seus estudos coloca a adolescência como um período de modificações e grandes instabilidades. Para Spranger (citado por César, 1998), a adolescência seria um período de

"tempestades e tormentas", um momento de crises e stress, onde o adolescente poderia se entregar, formando uma personalidade indisciplinada ou poderia por meio de seus próprios esforços controlar-se e disciplinar-se.

Estudar a construção da identidade tem se colocado de forma importante para o conhecimento de processos de mudança nas maneiras como os sujeitos, aqui em especial, crianças e adolescentes se situam no mundo e em suas relações a partir de redefinições pessoais e do acréscimo ou manutenção de modos autônomos de gerir a vida.

Apreender sobre os aspectos identitários dos indivíduos da Instituição de Incentivo a Crianças e Adolescentes (ICA) nos permite conhecer e compreender como os processos de conformação e de alocação de lugares sociais informam a formação dos indivíduos e normatizam a expressão de seus desejos e projetos a favor da reprodução de sistemas de vida nem sempre propícios à ampliação das experiências sociais e à mudança de padrões tradicionais de reconhecimento social. É possível considerar também, sobre a participação do indivíduo na construção de seu modo de ser no mundo e de sua apresentação nas relações interpessoais. (Almeida, 2005)

Quando nos colocamos sobre a formação de uma personalidade, logo nos remetemos à constituição de uma identidade e é a partir dos papéis que o indivíduo assume no decorrer de sua vida que ele passa a tecer a sua identidade. Segundo Berger e Luckmann (citado por Peters, S., Paulino-Pereira, F. C. & Soares, S. R, 2007), ao assumir papéis o indivíduo se insere na realidade da qual faz parte.

Segundo Pacheco e Ciampa (2006), os pressupostos sobre a identidade afetam todos mesmo antes do nascimento, em que os futuros pais criam expectativas que iram interferir no desenvolvimento do feto. Havendo também pressupostos que constituem as relações em sociedade como: classe social, trabalho, gênero, religião, etc. Identidade é metamorfose, é um fenômeno social, e não natural.

Diferenças de gêneros também foram levadas em considerações ao longo dos estudos realizados sobre a adolescência. Aos meninos foram atribuídas tendências inatas para a vida em grupo, práticas de desordens, delitos e delinqüências. Para as meninas as características estavam relacionadas às mudanças fisiológicas como a menstruação e as mudanças de

humor, colocando-as em uma atitude mais passiva com relação aos meninos (César, 1998).

Para que esses adolescentes sejam “domados”, vê-se a necessidade de se criar as diversas instituições, algumas correcionais, outras somente para oferecer a estes um apoio e uma direção, uma vez que as famílias muitas vezes não suportam as necessidades e devaneios dos adolescentes, levando-os a irem para as ruas, que para eles representariam um espaço de sociabilidade.

Segundo Margareth Rago (citado por César, 1998), a rua foi considerada pelos reformadores situados nas instituições, como um espaço físico e social responsável pela construção de vícios, depravação e vagabundagem, onde o lazer não possuía regras. A partir dessa concepção negativa do espaço da rua se iniciou um trabalho para organização do lazer como prevenção das formas viciosas, valorizando os esportes e práticas em equipe.

Descrição da Instituição

O trabalho foi realizado na Instituição de Incentivo á Crianças e Adolescente (ICA), Mogi Mirim/SP, de educação não-formal, tendo uma profissional responsável, a psicóloga V.C.P.C.

O ICA foi fundado no ano de 1997 por Sofia Idalina Mantovani Mazon. Antes de fundar a Instituição, Sra. Sofia trabalhava no educandário chamado Educando, onde pode verificar a necessidade de as crianças e jovens terem um espaço harmônico, que reunisse o brincar com um desenvolvimento cultural e profissional. Durante os primeiros anos, foram realizadas na Instituição atividades artísticas, que logo começaram a ser reconhecidas pela comunidade e pelos jovens e crianças atendidas.

No ano de 2001 a Instituição vê a necessidade de se refletir sobre seus objetivos e se volta para atividades relacionadas á educação corporal, estética e musical. O ICA passa em 2002 a investir na formação básica cultural dos jovens, levando a Organização para uma nova fase. A arte-educação legitimou-se institucionalmente tornando uma organização de vanguarda em sua utilização como ferramenta pedagógica.

No ano 2004, se consolida o Projeto Político Pedagógico que estabeleceu mudanças nas atividades arte - educacionais da Organização. Os jovens atendidos passaram a ter atividades estruturadas em módulos culturais temáticos, com duração variada dependendo dos temas abordados, as práticas metodológicas e conteúdos foram baseados nos diferentes graus de desenvolvimento apresentados pelos alunos, assim como a divisão dos grupos em turmas, garantindo um trabalho efetivo e de qualidade com um grupo heterogêneo, com necessidades, potencialidades e habilidades específicas.

Espetáculos são montados e apresentados, fazendo crescer cada vez mais a credibilidade e o interesse de jovens e crianças em se inserir na Organização. Com o apoio do Ministério da Cultura a Instituição ganha espaço e consegue avançar nos resultados, ampliando as atividades.

O ICA é composto por uma equipe multiprofissionais sendo esses profissionais médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, professores e voluntários de várias áreas. A partir desta construção tem-se como objetivo desenvolver em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social a consciência da realidade e de suas potencialidades através do aprimoramento moral, ético e de cidadania, criando oportunidades de atuação positiva na sociedade, viabilizando a capacitação profissional dos jovens, criando e fomentando espaço permanente de expressão e produção artística, incentivando a família a desempenhar o seu papel na formação de seus filhos, repensando o papel da família e articulando diferentes setores sociais para investimento na inclusão social de crianças, adolescentes e jovens.

As famílias que buscam pela Instituição para inserir os seus filhos, passam por um processo de seleção, onde psicóloga e assistente social realizam visitas domiciliares e entrevistas, uma vez que o projeto é voltado para famílias carentes do município.

A Instituição, hoje é composta por 200 alunos, que são divididos em grupos de dez a treze anos no período da manhã e de quatorze a dezenove anos no período da tarde. Esses jovens recebem do local, uniformes e crachás, para facilitar a identificação dos mesmos. É concedido a cada jovem um armário para que possam guardar seus pertences, garantindo um espaço para a individualidade de cada um.

Discussão e Resultados

Mediante as observações participativas realizadas, foi possível identificar algumas características relevantes nas falas e representações que as crianças e adolescentes que freqüentam a Instituição possuem sobre a mesma. Os resultados foram transformados nas seguintes categorias:

Categoria 1 - Representação positiva que os indivíduos possuem de si com relação ao grupo: Contradições no cumprimento das regras

Quando questionados sobre como se viam dentro do grupo, os indivíduos relataram e expressaram por meio das atividades, sentimentos positivos, como um grupo que proporciona união e afetividade, demonstraram prazer em estarem juntos. Relataram que naquele grupo sentem se como uma família, mas em alguns momentos foram contraditórios com relação às regras, pois nem sempre querem cumpri-las.

Observou-se que os indivíduos sentem-se respeitados e protegidos dentro da instituição, mas algumas vezes, sentem dificuldades em respeitar as regras que são estabelecidas.

A teoria de identidade, baseada numa perspectiva materialista histórica, traz importantes contribuições para o reconhecimento científico da adolescência como um fenômeno cultural. Essa perspectiva vem reforçar a idéia de que é necessário tomar uma nova posição frente às concepções e decorrentes intervenções voltadas à população adolescente.

De acordo com Habermas (1983), (citado por Peters, S., Paulino-Pereira, F. C. & Soares, S. R, 2007), as crianças começam a formar suas identidades no momento em que passam a estabelecer os limites entre seu próprio corpo e os demais objetos, constituindo a chamada identidade natural. O autor afirma que a partir do momento que as crianças começam a incorporar estruturas simbólicas da vida cotidiana, familiar e também de outros grupos, à sua identidade natural é substituída pela identidade convencional.

A adolescência pode ser caracterizada como o período em que essa identidade convencional se deteriora, pois o indivíduo em formação começa a ter condições de perceber os paradoxos sociais, as contradições que criam as normas e conseqüentemente adquirem a capacidade de questionar.

O adolescente é forçado a assumir um único papel que represente a si mesmo, apesar das situações contraditórias.

Os processos de construção da identidade permitem que o indivíduo reconheça a si mesmo e também aos outros como constituindo um sistema simbólico contraditório. Essa percepção pode proporcionar uma posição mais critica em relação às normas sociais, podendo chegar ao comportamento transgressor, na tentativa de burlar as regras, tornando as mais sensatas. No entanto esse fato não pode ser caracterizado como uma síndrome da adolescência, algo comum a todos os jovens em determinada faixa etária.

Uma nova proposta para a adolescência que não pode ser ignorada, já que foi constituída em nossa cultura é considerá-la como um fenômeno decorrente de uma combinação entre fatores culturais e características individuais que emergem durante a formação da identidade. Portanto é preciso ter plena consciência de que a adolescência não é um fenômeno apenas do desenvolvimento individual, mas sim produto de uma combinação entre indivíduo e cultura, específico a determinada organização social.

Neste momento então faz se notório o misto sentimento de satisfação e insatisfação dos jovens. Pois os mesmos passam por uma metamorfose, tendo em vista seu próprio crescimento e processo de maturação.

Categoria 2 - A instituição como uma possibilidade de inclusão

Quando questionados sobre o que achavam a respeito da instituição, os indivíduos relataram e expressaram sentimentos positivos, como um local que proporciona união, afetividade, bem estar físico e psíquico, paz e respeito.

Observou-se que os indivíduos sentem muito prazer em estarem inseridos na instituição, valorizando e respeitando as atividades oferecidas por esta.

Conforme César (1998) descreve em seu artigo, as instituições voltadas para crianças e adolescentes foram criadas como forma de auxiliar as famílias na criação de seus filhos, uma vez que estas muitas vezes não suportam os acontecimentos decorridos nesta fase do desenvolvimento.

As instituições são vistas como um local onde o indivíduo pode ser “domado”, educado, através de atividades regradas. O intuito é que o indivíduo ao se voltar para os esportes constitua uma saúde perfeita e uma mente livre

de vícios, tais como as práticas sexuais. Segundo César (1998), com o passar do tempo os teóricos que discutiam sobre a adolescência, começaram exigir que pais e professores autoritários se transformassem em amigos, confidentes e que oficiais de menores e assistentes sociais se tornassem agentes compreensivos e atenciosos. Tais atitudes foram passíveis de serem observadas na Instituição.

Todos os funcionários mantêm com os indivíduos uma atitude afetiva e compreensiva, resultando em um vínculo e respeito cristalizado com os educadores.

Foi assim que a moral higiênica começou a se transformar em instância regrada de busca da felicidade, e o modelo do "adulto higiênico" passa a dar lugar ao modelo do "adulto feliz".

O papel da família é o de compreender seus filhos e para isso teriam o auxilio das instituições pedagógicas. De pais repressores para melhores amigos, de professores severos para mestres compreensivos, assim definiu-se uma nova maneira para controle e normatização, atenta e vigilante, garantindo a felicidades destes indivíduos.

Pode-se observar na Instituição em questão, o auxilio que está oferece para os pais das crianças que frequentam a instituição, onde se incentiva a participação da família na vida de seus filhos buscando a integração destes, levando-os a participar, colaborar e compreender as fases da vida e a dinâmica de seus rebentos.

Categoria 3 - Contribuições de uma institucionalização para a potencialização de uma identidade

"Aqui a gente tem amigos, comida, esporte, lazer, aprende as coisas do circo e não fica na rua fazendo nada".

A partir desse discurso relatado por alguns dos indivíduos que freqüentam a Instituição, faz se coerente a fala de CIAMPA (1999), (citado por Peters, S., Paulino-Pereira, F. C. & Soares, S. R, 2007), onde a questão da identidade é amplamente discutida em relação a todas as situações da vida cotidiana, com especial ênfase na adolescência, já que muitos autores acreditam ser este o período em que as identidades começam a se configurar e formar os modos de atuação dos indivíduos.

No entanto uma questão primordial a ser considerada no estudo da identidade é que a mesma se constitui apenas através da relação com outros indivíduos, ou seja, a formação, ou transformação de identidades, só se dá enquanto um processo dialético, social e histórico.

Para Paulino-Pereira (2006), podemos compreender a construção da identidade a partir dos diversos momentos que caracterizaram a história da humanidade e das inúmeras transformações que aconteceram, principalmente, no que diz respeito à concepção do mundo e da vida, modificando cotidianamente a maneira de como se encara o indivíduo e, consequentemente, a sua identidade. Os seres humanos constroem uma imagem de si mesmo a partir das representações e experiências advindas das relações sociais: pais, família, amigos, entre outros círculos.

Partindo desse pressuposto, CIAMPA (1999), (citado por Souza, C.C., Paulino-Pereira, F. C. & Soares, S. R, 2007), introduz três importantes conceitos sobre a teoria da identidade: a identidade como metamorfose, a representação de personagens através de papéis e a emancipação. A identidade como metamorfose refere-se à alteração da identidade de um indivíduo, muitas vezes em detrimento das modificações nas identidades de outros.

Segundo o autor são comuns às re-significações na identidade de uma pessoa que descobre se relacionar com outra que não era realmente quem se pensava, ou esperava que fosse. Nesses casos verifica-se uma alteração na identidade de quem havia se “enganado” com a outra pessoa, pois a relação estabelecida não é mais a mesma, proporcionando uma reformulação de significados e possibilidades de objetivação em virtude de um contexto recém-determinado.

O conceito de representação de personagens através de papéis é baseado no pressuposto de que as “realidades” vivenciadas são representadas por autores, que interagem através de personagens. Os personagens vão se constituindo ao mesmo tempo em que se constituem seu universo.

Estes modos de produção caracterizam a identidade enquanto articulação de vários personagens, configurando a igualdade e a diferença, a própria metamorfose. O indivíduo interage cotidianamente com outros personagens e esses vão se constituindo na dinâmica social, tornando-os,

também, autores e não somente personagens da própria história. Estes modos de produção caracterizam a identidade como articulação de várias personagens, configurando a igualdade e a diferença, a própria metamorfose. Como autores de nossa história, necessitamos de personagens para representar e nos concretizar através da metamorfose, da relação com os vários papéis que assumimos. CIAMPA (2001), (citado por Souza; Paulino-Pereira; Soares, 2007).

Pode-se observar que as crianças e adolescentes da Instituição referida, realizam atividades assumindo responsabilidades, representando papéis, cuidando de seus pertences, estudando em busca de uma profissão, construindo assim continuamente seu EU.

Por fim, a emancipação é a possibilidade de deixarmos de apresentar uma concepção cristalizada da identidade e assumi-la enquanto metamorfose.

A metamorfose humana é uma progressiva e infindável concretização histórica do vir-a-ser humano, que se dá sempre como superação das limitações das condições objetivas existentes em determinadas épocas e sociedades (CIAMPA, 2005), e também de condições subjetivas. É desta forma, no enfrentamento e na superação das dificuldades, que os alunos inseridos nos grupos de discussão podem nascer e renascer para a vida. A partir da compreensão do processo de metamorfose enquanto construção das personagens pode-se vislumbrar a questão da emancipação como resultado das mudanças e transformações do eu.

CIAMPA (1999), (citado por Peters, S., Paulino-Pereira, F. & C. ; Soares, S. R, 2007), coloca que “para ser o que é” deve haver um desenvolvimento, uma superação dialética da contradição, ser um, ser outro e ao mesmo tempo ser um que representa os dois.

Esses princípios indicam tanto a importância da relação com o outro, quanto à influência do contexto no processo de re-significações das identidades.

Desta forma podemos refletir sobre a fluidez da identidade de qualquer indivíduo, sobre a mobilidade característica ao processo identitário e também sobre a importância do processo dialético nessa dinâmica que constitui o ser humano, ficando a importância da convivência dos indivíduos em uma instituição que possua um ambiente propício para um desenvolvimento sadio,

pois serão essas que na falta de uma família estruturada contribuirão para a constituição saudável desses indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições são vistas como um local onde esses jovens podem ser "domados", educados, através de atividades regradas. O intuito é que o jovem ao se voltar para os esportes constitua uma saúde perfeita e uma mente livre de vícios, tornando-se um adulto saudável e produtivo.

Acredita-se que a Instituição visitada promove para seus integrantes um ambiente agradável, pois os mesmos foram bastante positivos em suas falas, apesar de em alguns momentos relatarem que não gostam de algumas regras, do tipo ter que fazer alguma atividade que não tem interesse. Percebeu-se um ambiente harmonioso com relação aos grupos e aos funcionários, um dos aspectos interessantes que se pode observar é a afetividade que possuem entre os grupos.

A Instituição oferece as crianças e adolescentes espaços para que possam se desenvolver de maneira adequada, desempenhando seus papéis de uma forma responsável, auxiliando na formação da identidade destes indivíduos, além de dar à família a importância que esta tem na vida desses jovens.

Este trabalho se soma a outros já existentes na discussão da temática, e deixa também espaço para que novas contribuições sejam realizadas á partir da parcialidade das compreensões aqui apresentadas.

Desta forma acredita-se que os adolescentes e crianças que frequentam a instituição a vivenciam de forma positiva, mesmo porque eles passam um período de seu dia lá, no período inverso vão para a escola, e a noite dormem em suas casas na presença de seus familiares, o que de certa forma os ajuda com relação a suas afetividades.

Referências Bibliográficas

Almeida, J. A. M; Sobre a anamorfose: identidade e emancipação na velhice. **Tese (Doutorado em Psicologia Social)** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2005.

César, M. R. de A. A invenção da "adolescência" no discurso psicopedagógico. **Dissertação de mestrado,** Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 1998.

Ciampa, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social.** São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 2005.

Goffman, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

Pacheco, K; Ciampa, A. O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. **Acta Fisiatr**, 2006; 13(3): 163 - 167

Peters, S.; Paulino-Pereira, F. C. ; Soares, S. R; Intervenção em Processos Grupais e a Questão da Identidade de Adolescentes em Situação de Pobreza. **Travessias** (Unioeste. Online), v. 1, p. 22, 2007.

Sousa, C. C. de; Paulino-Pereira, F. C. ; SOARES, S. R; Educação e Ressignificação em Processos Identitários e o Conflito com a Lei na Adolescência. **Travessias** *(*Unioeste. Online), v. 1, p. 132, 2007.

ICA. Disponível em: http://www.projetoica.org.br. Acesso em 22 set.. 2016

Paulino-Pereira, F.C. Ampliando a Discussão sobre a Teoria da Identidade e Emancipação Humana. In: "Memória se faz na História": um estudo da identidade de metodistas militantes sociais orientados pela teologia da libertação. **Tese de Doutorado, São Paulo, PUC-SP**, 2006.

Santos. Alves, L. G; Carolina Maria de Jesus: Análise Identitária em Quarto de Despejo-Diário de uma favelada. **Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás**, Regional Catalão-UFG/RC, f.100, 2015.

ENTRE O AMPLO E O ESPECÍFICO: MECANISMOS DE CCONTROLE SOBRE OS TRABALHADORES DA CVRD DE 1959-61

Between broad and the specific: Control Mechanisms on CVRD Workers of 1959-61

GRANDSON, Douglas Edward Furness

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: O trabalho abaixo se trata da análise do discurso feita no semanário comunista, Folha capixaba de 1959 a 1962, com o fito de identificar as formas de controle externas e internas da CVRD aos seus trabalhadores. Tanto as relações estabelecidas entre os representantes de classe, através da estrutura corporativa do estado, como as formas de controle da direção da empresa, feitores e chefias são objeto da pesquisa. Pretende-se observar como as pautas do sindicato estavam ou não ligadas com as demandas dos trabalhadores, e demonstrar que, não só a ideologia era um fator de controle, assim como mecanismos criados pela empresa e mecanismos de Estado remanescentes do Estado Novo, serviam para controlar os trabalhadores.
Palavras-chave: Mecanismos de controle; trabalhadores; CVRD.

Abstract: The research bellow it's an analysis about the communist weekly, Folha Capixaba, since 1959-1962, with intention from identify the external and internal CVRD control forms about theirs workers. First, we look the relations between class representatives, by the corporative structure of state, like shapes of control of the company direction, overseer's and bosses for a healthy of research. The intention is observe how the questions of syndicate to stay connected with demands of workers, and, show which, together an ideology, control mechanisms created for a company and mechanisms remainder of Estado Novo, has served to contain the workers.
Keywords: Control mechanisms; Workers; CVRD.

Introdução

Como demonstrou o professor André Pereira, em artigo, após a greve de 1948, as lideranças comunistas de Itacibá e outras oficinas estavam estabelecendo um diálogo franco com suas bases, após a greve, admitindo os erros cometidos durante o movimento paredista, configurando o que Gramsci, anos antes chamou de autonomia da classe trabalhadora. Essa autonomia de classe aconteceu em 1948, sem, no entanto, contar com a teorização ou influência teórica ou política gramsciana, haja vista sua chegada como aparato teórico para as humanidades, no Brasil, na década de 70, com Armand Dreyfus. (FONTES, 2010) Ou seja, surgiu das condições concretas da relação entre empresa, funcionários, sindicato e trabalhadores, o que conduziu no *fazer-se* (THOMPSON, 1986) da classe trabalhadora capixaba. Através

tentativa do dissídio coletivo, na delegacia regional do trabalho, as lideranças queriam mostrar aos trabalhadores, que aquilo não ia dar em nada, haja vista a demora para aprovação do direito de fazer greve, assim diminuindo os custos de uma greve justa, feita pelos trabalhadores, e aprovada por eles, de forma horizontal, reconhecendo em seus pares a legitimidade. (PEREIRA, 2014)

Mesmo concedendo o aumento salarial, a empresa, em 1949 demitiu 400 trabalhadores, incluindo as lideranças, como Lourival Coutinho e Geraldo Paulino. Após isso, a empresa sistematizou mecanismos de controle e de rompimento de solidariedade entre os trabalhadores, através da articulação de formas tradicionais e modernas de relação seus funcionários, se utilizando da estrutura de poder por eles criada, de modo a coibir ações coletivas. (PEREIRA, 2013)

Para quem era adequado a sociabilidade da empresa, portanto 'bom funcionário', vinham as promoções, aumentos salariais, manutenção em postos de interesse do trabalhador, ausência de perseguições, atenção à pedidos pessoais; enquanto para quem questionava, o contrário.

Além disso, contava com a máquina de Estado, representada pelas Drt's, Juntas de Conciliação e julgamento, vigência de decretos-lei na ditadura estado novista e uma legislação corporativista, para cercar por fora os trabalhadores. O sindicato estava dentro dessa estrutura.

A conjuntura nacional era favorável a temas de grande amplitude, haja vista os impactos da industrialização acelerada, implementada desde a década de 30, intensificada nos anos 40 e 50, com o governo Vargas. A falta de fontes de financiamento, faziam posições política conflitantes discordarem sobre a participação norte americana em áreas estratégicas, como energia elétrica e petróleo, divididos em posições liberais, nacionalistas e nacionalistas radicais.

Ou estabilidade econômica através da recessão proposta pelo FMI ou a continuidade da industrialização acelerada que gerava inflação. Esse era o dilema de JK, foi o de Jânio e Goulart.

No Sindicato dos ferroviários as lideranças estavam engajadas em temas nacionalistas, através da gestão Etevany Ferraz (PTB) e Alcyr Correia (PCB), com questionamentos amplos da política, ligadas ao nacionalismo e questões como previdência social e o retorno dos demitidos. Essa diretoria mantinha boa relação com a diretoria da empresa, através da figura de Sá

Lessa, ao que supomos, pelo nacionalismo, e por uma ação estratégica de ambos, na mediação das relações de trabalho. Identificamos também, Paulino e Coutinho, também com discurso amplo da política, defendendo o nacionalismo, e elogiando o fato de a diretoria da CVRD estar nas mão de brasileiros, portanto, elogiando a diretoria.

A hipótese é de que, essas lideranças estavam afastadas da base ferroviária, assim como o sindicato, no que se refere à questões concretas do trabalho, da vida dos ferroviários. Isso foi tanto um fato conjuntural, como efeito da ação da diretoria da CVRD em 1949. Enquanto questões amplas de âmbito regional e nacional ocupavam os sindicalistas e militantes, os trabalhadores eram confrontados com situações cotidianas de controle, corte de benefícios e descaso. Para maiores progressos, tivemos que verificar três pontos para avançar: 1) Se a aliança entre direção da empresa e direção do sindicato continuou; 2) se o processo de afastamento entre pautas sindicais e demandas dos trabalhadores mudou; 3) se a própria aliança PTB-PCB sobreviveu a conjuntura em questão. No recorte, compreenderemos o final do mandato de Etevany e Alcyr, e um novo mandato inteiro, ou seja, cobrindo dois anos. Nesse escopo, iniciaremos com um sucinto debate teórico, sobre a ação da classe trabalhadora; posteriormente, um apanhado da conjuntura nacional e regional; a análise das fontes; e por fim a conclusão do trabalho.

Debate teórico

Se nos utilizamos do conceito mecanismos, é por que estamos levando em conta que, para além da ideologia como conformador dos trabalhadores em um sistema de dominação capitalista, existem meios concretos de mantê-los sob a ordem do capital. Alguns autores, levam muito em consideração a ação da ideias, como algo que faz como que trabalhadores passem por cima da exploração do trabalho, por um motivo maior, como, por exemplo, o nacionalismo.

Um exemplo desse tipo de interpretação é clara no livro da pesquisadora, Maria Cecília de Souza Minayo, *De ferro e flexíveis,* o qual fez um estudo com trabalhadores da CVRD em Itabira. Neste estudo a autora clarificou o crescimento da hierarquização dentro da empresa, que havia

nascido rudimentar na época dos 'leões da Vale' (1942-52), se complexificando com a introdução de novas maquinarias (1952-72), gerando mudanças substanciais nas relações de trabalho internamente à empresa. Através disso, a autora chega a identificar mecanismos de coação aos trabalhadores, como promoções, favorecimentos a trabalhadores em detrimento à outros, superexploração do trabalho, arbitrariedades de feitores e chefias, etc. Porém, valorizou em detrimento desse elementos, a ideologia nacionalista como fator que mantinha os trabalhadores em quietude, mesmo que insatisfeitos, pela valorização da ideia de que estariam se sacrificando pelo seu país, pelo seu povo. (MINAYO, 2004) Outro ponto, é que a autora só entrevistou trabalhadores dentro da empresa, e não foi atrás daqueles questionadores, que provavelmente já haviam sido demitidos. Perde-se aí, os movimentos de resistência, de organização dos trabalhadores, e a forma que essas foram derrotadas pela empresa. Supervaloriza-se a ideologia como elemento que garantiu a vitória da desarticulação entre os trabalhadores.

Outro autor, que trabalha com o tema da classe trabalhadora, é Ruy Braga. Em seu livro *A política do precariado,* discorre sobre os sistemas de produção implantados no Brasil, assim como as formas estabelecidas de regulação do trabalho. Dentro do sistema fordista *periférico,* implementado no país a partir da década de 40, a forma de mediação entra capital e trabalho era populista. Posteriormente, dentro do mesmo sistema de produção, essa forma de regulação populista se esgotou, e adotou-se a mediação autoritária com a ditadura militar; na virada dos anos 90, seria o toytismo o novo sistema produtivo, que teria como mediador os sindicatos, agora, porém, próximos das movimentações financeiras do capital. Por fim, chega à sua tese, que fala sobre o tipo de regulação lulista, que cria um tipo de relação por fora dos sindicatos, de modo a atender a parcela da população que conceitua como *precariado,* que não gozam dos benefícios trabalhistas da legislação estabelecida. Dessa forma, diminuiria a força dos sindicatos.

Em todos esses processos que o autor avalia, fala que mesmo sob modos de regulação distintas, os trabalhadores tem uma *inquietação operária,* que o faz pressionar o sindicato, que por sua vez tem que agir em resposta a sua base. No caso do lulismo, há um caminho alternativo, que é a característica desse modo de regulação. O problema é que, considera que os

trabalhadores apenas poderiam chegar a um nível de insatisfação, uma inquietação, não conseguindo passar disso. Perde-se de vista aqui, como em Minayo, as resistências, e como estas foram derrotadas.

Um aspecto importante da leitura dos dois são os olhares, respectivamente, para dentro da empresa, e para as relações externas à mesma. Os mecanismos criados tanto dentro quanto fora da empresa geraram cálculos por parte das lideranças, que tinham que passar por esses obstáculos, para reduzir os custos da ação coletiva, e maximizar seus ganhos, a partir de reivindicações conjuntas entre os trabalhadores. As lideranças que juntamente com as bases foram derrotadas, como no exemplo da CVRD. Dentro de um campo estruturado, com escolhas possíveis, os atores fizeram escolhas, realizaram cálculos, e tomaram atitudes, dentro desse campo de estruturas colocado.

O estudo em questão trata dos efeitos da derrota das lideranças comunistas pela direção da empresa, e sua dificuldade de rearticulação com a base ferroviária, após a ação da direção da Vale.

Diferença de falas: O que mudou nas relações entre Sindicato em CVRD?

No ano de 1959, exerciam o 2° ano do mandato sindical, Etevany Ferraz na presidência e Alcyr Correia como 1° secretário. Essa aliança havia sido reafirmado no pleito de 1957, pois naquele ano, já eram companheiros de gestão.

A característica dessa gestão, uma aliança PTB-PCB, era marcada pelo nacionalismo; pela dedicação a pautas amplas da política; manter boas relações com o presidente da CVRD, Sá Lessa; e um relativo afastamento com as demandas concretas dos trabalhadores, que por vezes reclamavam do Sindicato, no semanário Folha Capixaba. Este por sua vez, apoiava as ações do sindicato e enaltecia o presidente da CVRD, mas também expunha as insatisfações dos trabalhadores.

Com a mudança de conjuntura, marcada pela intensificação da crise, na qual medidas financeiras se mostravam causas de celeumas entre as concepções sobre política econômica, levou a mudança de posições e dessas relações. Inicialmente, as reclamações dos trabalhadores se intensificaram.

Já em 1959, uma matéria mostra a insatisfação de um trabalhador com a gestão do Sindicato, se referindo aos antigos problemas enfrentados em seu dia a dia, e com a displicência de seus representantes. Primeiro escreve o leitor, um trabalhador de Itacibá, que critica a ausência dos representantes na sede do Sindicato; a falta de assistência médica; irregularidades nos armazéns de abastecimento; a falta de um pleito por aumento salarial; e sobre promoções. Esse último ponto é interessante destacar:

> "- 'Quando vem as promoções – prossegue a carta – é sempre pingada, para ameia dúzia de privilegiados apenas.
> Temos companheiros com mais de 8 anos sem receber uma promoção, enquanto temos 'afilhados' com apenas seis meses de casa que já ganhou duas de uma só vez'. (Folha Capixaba, 03/01/1959, p. 1)

O Sindicato parece não estar antenado aos problemas dos ferroviários, segundo escreve o leitor. Pleiteava o aumento salarial, no Rio de Janeiro junto à dirigentes da CVRD, a mudança da tabela salarial, e ameaçaram de greve, caso a tabela não fosse aprovada. (Folha Capixaba, 03/01/ 1959, p.6)

Mesmo lutando pelo aumento e ameaçando uma greve, as lideranças foram criticadas na matéria. Ainda mais, foram citadas promoções, um dos objetos usados como mecanismos de poder interno da empresa, para romper solidariedade entre os trabalhadores; as irregularidades nos armazéns, que já havia sido reclamado pelas esposas dos trabalhadores no ano anterior, o que também poder ter sido um desses mecanismos, se não, forma autoritária de cortar gastos por parte da empresa, sem consulta dos trabalhadores.

Com a reportagem do dia 17 de janeiro de 59, pode-se imaginar que a base ferroviária estava pressionando o Sindicato a agir, pois até mesmo o Governo do Estado reconhecia a 'séria' situação dos trabalhadores. Parlamentares enviaram carta à João Goulart, ao deputado Ary Viana (PSD) e ao presidente da CVRD, Sá Lessa, no intuito de resolver a questão dos trabalhadores. O governo do Estado se manifestou através da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, demostrando o caráter emergencial dos trabalhadores, pedindo uma solução imediata no sentido do aumento dos salários dos ferroviários, que se encontravam 'SITUAÇÃO AFLITIVA' (Folha capixaba, 17/01/1959, p.1)

Na coluna Vida Sindical, o jornal fala sobre o envio de um telegrama dos trabalhadores ao engenheiro Sá Lessa, diretamente, com o pedido de aprovação da nova tabela salarial elaborada pelo Sindicato. (Folha Capixaba, 17/01/1959, p. 2)

Segundo matéria do dia 24 de janeiro, havia por parte da empresa, manobras para não alterá-la, através da estratégia de postergar sua aprovação até a mudança de diretoria, o que inviabilizaria a alteração solicitada.

Então surge um dos mecanismos de poder supracitados, o Ministério do Trabalho, como conciliador da questão. Este negociou com a comissão de salários e com a direção da empresa.

Ao final do mês, o jornal publicou a seguinte matéria: "Vale custou, mas cedeu", a qual falava sobre o aumento de 30% nos salários dos ferroviários. As negociações entre trabalhadores representados através da comissão de salários, diretoria da empresa e o conciliador, Ministério do trabalho, gerou o aumento de salário. Mas cabe notar que, havia acontecido um aumento salarial a nível nacional, colocado por JK, para funcionário públicos, ou seja, dentro da conjuntura de inflação grave, a Vale basicamente teve que ceder, através de uma definição federal. Era uma característica da escolha desenvolvimentista, que tinha que dar uma resposta aos trabalhadores, nada mais que o ajustamento dos salários a inflação, como modo de manter a situação minimamente aceitável.

Cabe observar algumas mudanças a partir de 1959 em relação aos dois anos anteriores, dentre as quais, a primeira, as falas direcionadas ao presidente da CVRD por parte do semanário. Segundo a matéria do dia 31 de janeiro 'O Sr. Sá Lessa voltou dos Estados Unidos sobraçando um empréstimo de 13.500 mil dólares e está percorrendo a estrada com uma comissão de 'gringos' que deram o dinheiro mas que querem ver de perto em que vai ser empregado' agindo o presidente de forma 'subserviente' e ignorando, através de uma 'ambição desmedida' a 'humana reivindicação, dos que com tanto ardor trabalham pelo engrandecimento da empresa que o senhor Sá Lessa e mais alguns diretores dirigem com *preconceitos sociais'* (Folha Capixaba, 1959. Grifo nosso)

Se antes o presidente da companhia era tratado como um bravo nacionalista, quando ameaçou de se demitir com a ameaça de Rockfeller e a

compra da estatal; ou como magnífico administrador da empresa; naquele momento passou a ser *subserviente aos gringos e preconceituoso com a classe trabalhadora.* O Sindicato dos trabalhadores ferroviários, mesmo sob críticas dos trabalhadores, foi enaltecido como habilidoso no trato da situação da luta pelo aumento salarial, enquanto a presidência da companhia era criticada pelo semanário.

Dentro das boas relações com os EUA, estimuladas no ano anterior pelo governo JK, Sá Lessa conseguira um empréstimo para a empresa, demonstrando a seus credores o que iria fazer com o dinheiro. Isso tinha sido um rebatimento da escolha do governo federal, nacional desenvolvimentista, apoiado em financiamentos estrangeiros, em vigor na primeira metade de 59. A situação de Sá Lessa, porém, soou mal, haja vista o ambiente ideológico nacionalista, assim como, pelo fato da dificuldade de conseguir um aumento de salário para os trabalhadores ferroviários, conseguido por uma determinação do governo federal.

Pode-se perceber um importante detalhe, que era o fato de a aliança entre a direção entre a empresa e os líderes sindicais se enfraquecer a partir daquele momento. Quando essa relação se esvaiu, entrou o Ministério do Trabalho, para fazer a mediação dos conflitos entre empresa e Sindicato. No caso do aumento salarial, os trabalhadores saíram com a vitória, mas logo receberam uma surpresa. A empresa, através de circular interna, decretou para o ano, que não aconteceriam promoções, pelo fato da tabela salarial extrapolar o que aquelas acrescentariam nos ganhos dos trabalhadores. Segue a informação Central da circular enviada do presidente da empresa para o superintendente da estrada, divulgada aos trabalhadores, que diz:

> *(...) no corrente ano não haverá promoções no quadro do Pessoal da Companhia, considerando que o aumento geral, concedido a partir de janeiro passado, ultrapassou a vantagem que seria dada aqueles que tivessem direito a promoção* (Folha Capixaba, 21/02/1959, p.1. grifo nosso).

A empresa vetou o benefício, haja vista o aumento de 30 % no salário, gerando insatisfação dos funcionários. E a determinação veio do presidente Sá Lessa. A CVRD estava com dinheiro na época, vindos de empréstimo norte-americanos do EXIMBANK, porém, como mostra a matéria em que Sá Lessa é

chamado de subserviente, através na cena em que este justificava o uso do empréstimo aos credores, que esperavam retornos e para isso cobravam um planejamento de como seria gasto o montante.

Por outros motivos, porém, iria a relação entre classe patronal e trabalhadora, sob representação sindical, se polarizar.

O Sindicato dos trabalhadores em empresas ferroviárias, juntamente com outros Sindicatos, como o dos trabalhadores da Leopoldina, comandados por Batistinha, se uniram em ameaça de greve geral, pela Previdência Social e pela regulamentação da Lei de greve, dentro da Federação dos Trabalhadores do Espírito Santo (Folha capixaba, 08/08/1959, p. 8). Foi um momento de polarização, causado pelos mecanismos externos de coerção e de mau atendimento dos trabalhadores nos IAPIs. Também o início de uma maior organização dos trabalhadores e sindicatos horizontalmente para conquista desses direitos.

Ao final do ano começaram as se delinear as chapas que iriam concorrer ao Sindicato, e houve a cisão entre Etevany e Alcyr, que formaram chapas que se oporiam. O representante da empresa, como diz o semanário, era o Sr. Coradine (Folha Capixaba, 10/10/1959, p. 1).

O jornal folha capixaba, antes elogioso ao Etevany, concentra as atenções para Alcyr Correia. Primeiro, em matéria do dia 24 de outubro, define que ‘os trabalhadores estão desiludidos com as falsas promessas e demagogias de tantos candidatos’ dizendo que vão apoiar aqueles que ‘realmente representam as aspirações de uma classe’ e elenca as reivindicações dos ferroviários, que eram: criação de gabinetes dentários; melhoria dos armazéns de abastecimento, dormitórios, cooperativas; pagamento de acréscimo noturno; cumprimento rigoroso das horas de trabalho como estabelecido na CLT; construção de alojamentos para equipes pernoite; entendimentos com a CVRD para construção de casas para os ferroviários; lutar por passagens de 1° classe para famílias de ferroviários; cumprimento das leis trabalhistas. Construção do Hospital ferroviário; Pela lei orgânica de a previdência social; e a lei que regulamenta o direito de greve. (Folha Capixaba, 24/10/59, p.1)

Pode-se perceber que, através do pleito, o semanário explicita os problemas pelos quais passam os ferroviários, como modo de apontar as

deficiências da representação sindical ao atendimento dessas demandas, dizendo que os trabalhadores estão cansados com falsas promessas, assim como, exorta que se observe aquele candidato que realmente se propõe a lutar pelas reivindicações dos trabalhadores.

Em matéria 6 dias antes das eleições, define quem poderia ou seria indicado para atender as demandas anteriormente descritas, e este era Alcyr Correia 'um nome que se recomenda'. Nessa matéria, a linha editorial do jornal defende que este candidato era a pessoa capaz de elevar o órgão de classe e atender as demandas dos trabalhadores, isso por "apresentar-se aos ferroviários com um programa amplo de reivindicações da classe e com sentido nacionalista" (Folha Capixaba 1959, p.6).

Ou seja, o antigo aliado de Etevany, Alcyr, surgiu como esperança para os trabalhadores no discurso do jornal, agora como pretendente à presidência do Sindicato, mesmo que esse tivesse feito parte das antigas gestões.

Porém, mesmo com a propaganda do semanário, por 'exemplo de democracia' o jornal intitulou a vitória de Etevany, por uma pequena margem de votos à frente de Alcyr, sendo a distribuição dos votos: "Etevany 1.598 votos, Alcyr 1.348, José Coradine 1.184. (Folha Capixaba, 21/11/1959, p. 8) As eleições foram equilibradas entre os concorrentes, diferente da eleição anterior, com teve chegou a diferença de quase mil votos do vencedor (Etevany- Alcyr) para o derrotado, Coradine. O Jornal considerou uma vitória da democracia, pelo falto de número expressivo de ferroviários na votação, sendo computados 4.130 votos. Esse aumento, corresponde ao crescimento da classe trabalhadora capixaba, assim como conjuntura de politização dos trabalhadores, a nível trabalhista e ideológico.

Dessa fase, podemos dizer que, houve a separação entre a aliança PTB – PCB no Sindicato, assim como, os contatos com a direção da empresa se tornaram mais complicados, diferente do período de 1957-58, em que o semanário Folha capixaba, além de mostrar a proximidade entre direção da CVRD e Sindicato, elogiava a presidência. A partir de 1959, Sá Lessa passou a ser criticado por seu 'preconceito' com classe trabalhadora.

As demandas dos trabalhadores, com previdência social passou à um plano mais amplo, onde vários sindicatos unidos pela Federação capixaba dos trabalhadores se organizaram para lutar por essa pauta e pela regulamentação

do direito de greve. Mas ainda, as questões debatidas pelos trabalhadores são amplas, não tocando em algumas questões do cotidiano dos trabalhadores, como a exploração do trabalho.

Entre o amplo e o específico - 1960

Logo no início do ano, o Sindicato comando por Etevany, foi à capital federal pleitear um aumento salarial para os ferroviários, junto à alta direção da companhia, através da proposta de aprovação de uma nova tabela salarial (Folha Capixaba, 13/02/1960. p.6) que, segundo o jornal, estava sendo aprovada e aguardada para o dia 21 de janeiro. (Idem, 20/02/1960, p. 6) Vigorava a inflação, e o governo federal, através do Ministério do Trabalho, negociava com os sindicatos.

Sobre a previdência, um velho conhecido dos trabalhadores surgiu nas notícias do semanário, o antigo delegado regional do trabalho, Jefferson de Aguiar. Na matéria do dia 27 de fevereiro, o ex-deputado federal e candidato a senador, era acusado de perseguição aos trabalhadores, através do título "Jeferson Aguiar, sinônimo de perseguição aos trabalhadores". (Folha capixaba, 27/02/1960, p. 1 – 3)

Isto pelo fato deste se opor ao projeto e Lei orgânica de Previdência Social e do direito de greve. Na coluna do jornal, o político é chamado de 'reacionário consciente', aquele que foi ativo na greve de 1948, se colocou contra o pleito dos trabalhadores na esfera federal. À isso também se dedicaria o Sindicato dos ferroviários.

No II Congresso Estadual dos trabalhadores do Espírito Santo, temos os nomes de lideranças também conhecidas da classe trabalhadora, nomes que para além dos líderes sindicais, Etevany, Alcyr e Boécio, aparecem: Lourival Coutinho e Hermógenes da Fonseca, editor chefe de Folha Capixaba.

Essas lideranças estavam engajadas nesses temas, importantes para os trabalhadores. Primeiro, com a aprovação da lei orgânica, apesar de resistências como a de Aguiar, os trabalhadores estavam se organizando em assembleias para eleger deputados que os representaria nos destinos da previdência social. (Folha Capixaba, 07/05/1960, p. 6)

Outro ponto do sindicato em 60, era a ameaça da Hanna Co, empresa multinacional com interesse em comprar a CVRD, o que gerou resistência por

parte dos trabalhadores e do Sindicato. Boécio Pache Farias, delegado do Sindicato, se colocou contra essa possibilidade, chamando políticos e sindicatos a se mobilizarem em torno da defesa da empresa (Folha Capixaba, 02/07/1960, p. 1). O nacionalismo se mantinha presente e um fator ainda de legitimidade para o sindicato, apesar das críticas vindas da base.

Dentro da conjuntura de eleições presidenciais, porém, que se criou o maior conflito dentro da instituição, pelo seguinte fato: Etevany Ferraz, apesar de ser filiado ao PTB, foi acusado de apoiar Jânio Quadros, candidato independente, porém lançado pela UDN (Folha Capixaba, 23/09/60, p. 8); enquanto Boécio Farias apoiava Lott para presidente e Jango para vice, o semanário dizia que os trabalhadores estavam mobilizados na candidatura petebista. (Folha Capixaba 1960, p. 9). Dentro da gestão do sindicato, havia uma polarização relacionada às eleições.

Enquanto as preocupações se direcionavam para questões mais amplas da política, a empresa adotava formas de exploração do trabalho, que gerava reclamações em espaços do semanário, como uma matéria denunciou: "*A Companhia Vale do Rio doce aplica novo sistema de exploração aos seus empregados*" no qual "temos denunciado *diversos sistemas de exploração da Vale do Rio Doce contra seus funcionários" [sendo que] "agora a estrada aplica outro sistema, a fim de anular o salário trimestral arranjado pelo Sindicato.* A companhia está cobrando do maquinista a estadia de carros que ficam parados nos desvios das estações" (Folha Capixaba 1960, p. 9).

Se tratava de uma forma de cobrar dos maquinistas um valor que não existia, pelo fato destes, na pressa do serviço, não terem contato com a folha com dados do carregamento e horário, que são alterados por outro funcionário, ou até trocado. Esse papel alterado gera multas para os maquinistas.

Também interessante são dois aspectos desse trecho, que são: atribuição dessa questão a pessoas que apoiam Jânio quadros, e a cobrança feita pelo escritor, de que os maquinistas pressionem o Sindicato.

No dia 31 de outubro, segundo matéria, uma comissão de trabalhadores solicitava ao jornal, que intercedesse junto à chefia dos transportes que mudassem a escala dos trabalhadores, que trabalhavam três dias manobrando e após isso, eram escalados para percorrer 331 quilômetros até Valadares, sem tempo para descansar. (Folha Capixaba, 31/10/1960, p. 6)

Seguimos na ideia de que, o Sindicato estava situando suas pautas em altos níveis de politização, deixando as bases desamparadas em questões concretas.

1961 – O anúncio de uma vitória. A volta dos demitidos e conquista do Sindicato.

Esse ano, final para análise aqui empreendida, fez chegar a um ponto avançado, que chamamos a atenção no início do texto, das pautas desenvolvidas a longo prazo pelo Sindicato.

Primeiro a destacar, foi a questão da Previdência. As matérias de Folha capixaba, como a do dia 4 de fevereiro, fez um resumo da luta pela previdência, iniciada em 1946, com o acontecimento do I Congresso de Previdência Social, a posterior Conferência Sindical de Previdência Social em 1953, chegando à 1961, a Lei orgânica da Previdência Social. Chegou-se a esse ponto avançado dessa luta, porém, o semanário, assim como movimentos sindicais, acusavam a tentativa do Estado em atrelar a Previdência à um Ministério, o que excluiria os trabalhadores da participação na constituição da instituição e gestão. (Folha Capixaba, 04/02/1961, p.3) Segundo, a readmissão dos grevistas de 1948 demitidos em 1949.

Em Julho, uma comissão constituída da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, entrou em negociações com o presidente Jânio Quadros, que gerou a autorização deste de readmitir os grevistas da CVRD. Duas semanas depois, o jornal noticiava o pedido do presidente da lista de nomes de demitidos, e o envio de despacho ao superintendente da CVRD, determinando a volta imediata dos grevistas de 1948. (Folha Capixaba, 28/07/61, p 1)

Então, a longa luta pela readmissão dos trabalhadores demitidos em 1949, parece ter encontrado seu fim. Haveria então, a possibilidade, daquelas lideranças afastadas das bases, no chão de oficina, poderem voltar a atuar juntamente a elas, dentro das demandas concretas, assim como ocorreu em 1948. Enquanto o sindicato disputava questões mais amplas, os líderes juntos poderiam fortalecer os trabalhadores, através de suas demandas internas, e ter maior chance de politizá-los, haja vista condicionantes ideológicos e de relações de trabalho da época. Havia o nacionalismo e as insatisfações com

questões cotidianas das relações de trabalho. Porém, na análise das circulares internas da CVRD, os indícios são de que a empresa não fez retornar os trabalhadores demitidos. Nenhuma circular faz referência do retorno desses trabalhadores e em algumas, ex-funcionários solicitaram a volta, mas a empresa negou. Foi o caso da circular SP 71.23 D. 1.032 de 2 de agosto de 61. Nesta, enviada do superintendente da estrada à um representante do Rio de janeiro, esclarece a situação de funcionários que foram demitidos da empresa na greve, mas que não tinham estabilidade, portanto, não sendo amparados pela anistia. Cita funcionários que voltaram anos antes, ou por determinação da justiça ou por acordo, mas que os funcionários solicitantes não estariam enquadrados em nenhuma situação de readmissão. Finaliza dizendo que estes não foram dispensados por causa da greve, e cita uma lista constando nomes dos que participaram. Esse anexo não estava junto a documentação, pois estes foram para o destino, ficando apenas a cópia no Centro de Memória da CVRD.

Em outra circular, de 3 de agosto de 61, um funcionário pede informações sobre a readmissão, citando o decreto do presidente para o retorno dos grevistas. O superintendente pede que o CHS informe o funcionário. O que parece, a empresa ficou 'empurrando' os trabalhadores de um setor para o outro, assim como, procurou tirar de situação de grevistas alguns funcionários que participaram da greve, para não readmiti-los Os funcionários a que faz referência a circular do dia 2, demonstra que os funcionários vinham pleiteando a volta a anos, utilizando-se de vários recursos, para voltar a empresa, pela demissão por greve. O superintendente cita isso na circular, mas diz que eles não estavam envolvidos na greve, e cita uma lista do que estariam. Ao que parece, foi uma forma de protelar e dificultar a volta dos grevistas. Assim, podemos dizer que a Volta dos grevistas foi mais um anúncio do que realidade, pois, mesmo sobre os que estavam na lista não foi encontrado mais dados, assim como dos demais demitidos, cerca de 300 a 400 funcionários.

Em resumo, essas foram as pautas que tiveram mais força e empenho do Sindicato ou de representantes deste da Federação Nacional dos Trabalhadores, a previdência e o direito de greve.

Mas cabe se voltar para dois pontos importantes sobre os mecanismos de coerção externa dos trabalhadores pelas instâncias do Estado. Primeiro, em matéria do dia 16 de setembro, intitulada "*A delegacia Regional do Trabalho abandonada*", o espaço é dedicado à crítica feita à instituição, em que os casos são levados a frente com muita lentidão, e com funcionários sem empenho em atender os trabalhadores. Isso dificultou, segundo o semanário, o andamento das demandas levadas aquela instituição, atrapalhando a possibilidade de resolver problemas trabalhistas. (Folha Capixaba 1961, p.5) Segundo, a Junta de Conciliação e Julgamento. O texto fala sobre o vogal dos trabalhadores, Adelson Aquino, acusado pelos trabalhadores por não corresponder aos seus interesses, que por sua vez, pediram que fosse nomeado Marcio da Silva Assunção, envolvido com o movimento sindical. Em abaixo assinado enviado pelos trabalhadores, chegou às mãos de seu criticado, que travou as assinaturas e solicitou protesto policial aos abaixo assinantes (Folha Capixaba 1961, p.3).

Aqui temos, a Delegacia Regional do Trabalho e a Junta de Conciliação e Julgamento, ambas com problemas de funcionamento e representação, prejudiciais aos trabalhadores. Sobre a delegacia, esta acabava de ter nomeado novo chefe, o Sr. Calypio de Siqueira Rocha Júnior, no mês de junho (Folha Capixaba 1961, p. 8).

Enquanto por fora da empresa, questões importantes como a previdência e retorno dos demitidos estavam adiantadas, questões internas continuavam pesando sobre os trabalhadores.

As eleições do Sindicato mostra uma situação importante para a análise, pois, o próprio Sindicato é acusado de perseguir os trabalhadores, através de apoio interno da empresa. A discussão das eleições começou cedo, já no início do mês de março, com a organização de chapas, uma encabeçada por Alcyr Correia e outro por Coradine. O semanário apoiou e fez propaganda do comunista, cujo 'prognóstico' apontou como melhor opção (Folha Capixaba 1961, p. 3).

Em matéria do dia 7 de julho, um ferroviário acusou Etevany Ferraz, presidente do Sindicato, de perseguir os trabalhadores, através: da polícia interna da empresa, que já contava com 80 homens; ameaça de transferência

de funcionários para João Neiva; e distribuição de dinheiro pelo interior, para influenciar nas eleições (Folha Capixaba 1961, p.1).

Nessa matéria, destaca-se que as perseguições eram intensas em Itacibá, cuja própria matéria afirmou ser um lugar que tem organização dos trabalhadores e combatividade.

Sobre o representante dos trabalhadores da CVRD, outra arbitrariedade é posta contra os trabalhadores, que foi o fato de o eleito pelos trabalhadores, Dayr de Souza Alves, ter o mandato indeferido em detrimento de Marcio de Carvalho, representante da empresa, sem maiores explicações. Por isso a questão colocada no título da matéria: “de que vale eleições na Vale?” (Folha capixaba 1961, p.3).

Com todas essas dificuldades de representação, no interior da empresa, mais um encarregado foi acusado de arbitrariedades, se unindo ao engenheiro Reinô e Sizenando. Naquele ano, foi o caso do Sr. Jadir, em Itacibá. A situação era a seguinte. Os trabalhadores recebiam Cr$ 350,00 cruzeiros, mas sempre que o encarregado chegava com o dinheiro dizia que a empresa não tinha o montante suficiente e pagava Cr$ 250,00 (Folha Capixaba 1961, p.3).

Em matéria posterior, algumas informações mostram um pouco mais dessa relação do Sr. Jadir com seus subordinados. Segundo ele, escreve um leitor, a empresa não tinha dinheiro para pagar o serviço, então o próprio encarregado tirava de seu dinheiro para pagar aos funcionários, como se fosse para ajuda-los. Porém, alertava que a empresa não podia saber e que reclamasse da situação não seria escalado para o trabalho, ou seja, claramente uma forma de coagir os trabalhadores. Nos semanário, a situação é chamada de roubo. Porém, uma situação torna a questão estranha. No dia 19 de maio, uma matéria falou sobre um memorial assinado por 300 pessoas, desmentindo as acusações feitas pelo semanário.

O clima tenso entre os trabalhadores, (no caso do Sr. Jadir, ao menos por uma parcela dos trabalhadores) fora e dentro da empresa, gerou o que Geraldo Paulino chamou de protesto dos trabalhadores, quanto à eleição expressiva da chapa encabeçada por Alcyr Correia. (Folha capixaba 1961, p. 8) De 4.000 votos, 2.922 foram da chapa de Correia, que venceu com 76% dos votos (Idem, p. 1).

A vitória ocorreu, mesmo com 'interferências estranhas' nas eleições da empresa. Segundo matéria de 1° de dezembro, a diretoria da empresa haveria interferido nas eleições, e também o padre Mazega, de João Neiva, em campanha anti – comunista contra Alcyr. Mesmo assim, a vitória foi expressiva, se diferenciando das eleições anteriores (Folha Capixaba 1961, p.8).

Após isso, a nova gestão do Sindicato começou a atuar logo, reivindicado aumento salarial e a aprovação de uma nova tabela, para tal. Em assembleia de dezembro, 600 associados apareceram para aprovar a nova tabela e conseguir um novo aumento (Folha Capixaba 1961, p. 7). Após um longo período de distância das demandas da base, o Sindicato, com a liderança de Alcyr se mostrou mais combativo, e não esperou para colocar a frente as reivindicações dos trabalhadores.

Conclusão

O recorte estudado é um momento em que o projeto de industrialização acelerada se intensificou, seus efeitos sendo aceitos como riscos e enfrentados pelas lideranças políticas. Juscelino Kubitscheck, no governo federal, ficou no dilema de tomar medidas inflacionárias ou desenvolvimentistas, e fez sua opção em maio de 1959. No Espírito Santo, Carlos Lindemberg no governo, mudou seu projeto econômico e discurso acerca do desenvolvimento, haja vista as mudanças estruturais que processar-se-iam à nível nacional, o que configurou um início de mudanças na correlação de forças do Espírito Santo. Foi investido um plano de estudos e desenvolvimento inicialmente fora, e posteriormente, dentro do governo, através de um grupo de estudos sancionado através de decreto lei, para planejar a industrialização capixaba, processo iniciado pela Findes. Os setores beneficiados foram da siderurgia, mineração e cimento, em indústrias já instaladas no estado

Com isso, no Espírito Santo se processaram os efeitos desse momento de inflexão, que foram um crescimento da urbanização, assim como um crescimento da inflação, através da distorção de investimentos. Isso gerou efeitos sobre a classe trabalhadora capixaba, que sentiu o peso ao aumento dos custos de vida e os salários não condizentes com estes.

Dentro de uma conjuntura crítica, os ferroviários da EFVM, encontraram cotidianamente problemas, como falta de assistência médica,

cortes de benefícios, exploração do trabalho, dificuldades de contato com lideranças sindicais, relações de trabalho envolvidas por relações tradicionais, e mesmo o nacionalismo como conformador da situação por um bem maior, como o bem da nação, não fez com que as insatisfações acima fossem minoradas como sacrifico justo. Os trabalhadores tinham, através do semanário folha Capixaba, meios de protestar contra essas situações, e o fizeram, assim como cobraram em matérias, do órgão representativo de classe, atitudes com relação a situações desagradáveis.

O sindicato por sua vez, que tinha sua atenção voltada para questões mais amplas da política, teve somado a isso o fato de romper a proximidade com a presidência da CVRD, assim como internamente a aliança PTB-PCB representada por Etevany – Alcyr foi desfeita, gerando uma polarização interna no sindicato. Esses fatores confluíram para uma afastamento das lideranças com a base, afastando as pautas sindicais das demandas dos trabalhadores.

Porém, as pautas a que o Sindicato se propôs com maior vigor, como a previdência social e a volta dos demitidos da CVRD, foram parcialmente vitoriosas, principalmente quando os sindicatos do Espírito Santo se uniram em federação, como o sindicato dos ferroviários da R.R.F.F.S.A, liderada por Batistinha.

Enquanto isso, mecanismos de coerção interna permaneceram em ação, vigorando nas relações de trabalho dos ferroviários, disciplinado seu operariado, que havia tido suas lideranças afastadas da empresa, Geraldo Paulino e Lourival Coutinho, desarticulando os trabalhadores.

Dentro da estrutura corporativa do Estado, a entidade de classe seguiu os cálculos de quem entra no jogo institucional, e sua opção foi a de se dedicar a pautas gerais da política, sem ter, porém, um eixo de ligação com a vida concreta do trabalhador. Apenas em 1961, Jânio Quadros mandou readmitir os grevistas de 1948, o que, caso realizado, teria trazido à empresa aquelas lideranças para próximo de suas bases.

Um exemplo de que, se o operariado não obteve êxito em lutas mais organizadas, não pode ser atribuído apenas a uma questão ideológica, como o nacionalismo, por exemplo, pois como é sabido através das fontes, haviam trabalhadores combativos ao longo da linha da E.F.V.M., como por exemplo, os trabalhadores de Itacibá. Essa oficina, que havia sido o nicho de Antônio

Granja, comunista que liderou a greve de 48, e antes disso, havia sido uma importante liderança dos trabalhadores.

Mesmo este não estando na empresa, assim como Paulino, Coutinho, o operariado daquela oficina permaneceu combativo, frente arbitrariedades e injustiças no local de trabalho. Essa tradição, porém, intensamente batida, tanto pelos mecanismos internos criados pela empresa, como pelos aspectos externos, como: a vinculação do sindicato ao ministério do trabalho; delegacia regional do trabalho abandonada; Junta de Conciliação e Julgamento com vogal dos trabalhadores pró CVRD.

Todas essas instituições e mecanismos derrotaram os trabalhadores, em lutas travadas no dia a dia de trabalho, no vai e vem das crises e polarizações políticas, na conjuntura de crise da economia cafeeira, predominante capixaba, na inflação crescente e advinda do processo acelerado de modernização. Isso somado ao fator ideológico facilitou a derrota de uma autonomia da classe trabalhadora frente à sociedade civil.

Referências Bibliográficas

AMARAL, M.M.B.P. *Quando o camarada era mau*: Hierarquia e Disciplinarização na CVRD. Trabalho apresentado na **II Jornada de estudos do Lehpi**, realizada em Vitória, Ufes, 2014.

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita Benevides. ***A UDN e o udenismo*: Ambiguidades do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BRAGA, Ruy. ***A Política do Precariado:* do Populismo ao Lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. ***Narrativa, Sentido e História***. São Paulo: Papirus, 1992.

FONTES, Virgínia. ***O Brasil e o Capital imperialismo***. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antônio**. *Os intelectuais e a organização da cultura***. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

MACHADO, V. O. *Um parlamentar comunista: a atuação de Antônio Granja na câmara de Cariacica - ES (1948-1950)* Trabalho apresentado na **II Jornada de estudos do Lehpi**, realizado em Vitória, Ufes, 2014.

OLSON, Mancur. ***A lógica da ação coletiva***. São Paulo: Edusp, 1999.

PEREIRA, André R. V. V**.** *Espremeram tudo!* Modernidade e tradição na memória de um ex-funcionário da Companhia Vale do Rio Doce. ***História Oral****, v. 16,* n. 1, jan-jun, 2013. p. 209-233.

MINAYO, Maria Cecília de Souza*.* ***De ferro e flexíveis.*** **Marcas do Estado empresário na subjetividade operária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____*. Conflito de discursos na greve de 1948 na Companhia Vale do Rio Doce.* In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D.. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. 1ed.Vitória (ES): LHPL/UFES, 2013, v. , p. 1-15.

PITTOL, Marlon Oliveira. *O Partido Comunista do Brasil na Câmara Municipal de Vitória*: leituras e propostas. Trabalho apresentado na **II Jornada de Estudos do Lehpi**, realizada em Vitória, Ufes, 2014.

PRZEWORSKI, Adam. ***Capitalismo e Social-Democracia****.* São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SKIDMORE, Thomas*. Brasil:* **De Getúlio a Castelo***.* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SILVA, Marta Zorzal e. ***Espírito Santo:*** **Estado, interesse e poder***.* Vitória: FCAA/UFES, 1995.

_____. ***A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro****.* Vitória: EDUFES, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer**.** ***A formação da classe operária inglesa****.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Autor: Douglas Edward Furness Grandson. E-mail:

douglas.furness@yahoo.com.

LETRAMENTO DIGITAL NO ENSINO DE INFORMÁTICA PARA IDOSOS

Literacy in the digital computer education for elderly

http://dx.doi.org/10.21116/2016.6

TARALLO, Roberta dos Santos
Faculdade de Jaguariúna e Faculdade Max Planck

SÉ, Elisandra Villela Gasparetto
Faculdade de Jaguariúna e Faculdade Max Planck

RESUMO: A presente pesquisa teve por objetivo identificar as motivações dos idosos para aprender informática e analisar as estratégias e práticas de uso do computador em sala de aula. Como método de estudo, os participantes voluntários, idosos regularmente matriculados no curso de informática, responderam ao questionário contendo questões objetivas. Os idosos avaliaram o curso de informática como ótimo e bom, expressando total satisfação. As motivações, as expectativas e os objetivos estão voltados para a atualização tecnológica e aquisição de conhecimento nesta área. As dificuldades assinaladas ainda são pontuais e correlacionadas ao manuseio do computador, ao entendimento e segurança sobre a tarefa e à necessidade de repetição e prática. Evidenciou-se que poucos se dedicam diariamente à atividade de informática fora da sala de aula. O modo de ensino-aprendizagem de informática para idosos é heterogêneo, observado na facilidade de alguns e na dificuldade de outros. As estratégias e práticas de uso do computador nas aulas de informática na Faculdade Aberta à Terceira Idade da Faculdade de Jaguariúna proporcionaram aos idosos oportunidades de participação em práticas sócio–comunicativas e de inclusão digital social.

Palavras-chaves: Educação, Informática, Idosos.

ABSTRACT: This research aimed to identify the motivations of elders to learn computer and analyze the strategies and computer use practices in the classroom. As a study method, volunteers participating elderly regularly enrolled in computer course, the questionnaire containing objective questions. The elderly evaluated the computer course as great and good, expressing total satisfaction. The motivations, expectations and objectives are focused on technological upgrading and acquisition of knowledge in this area. Difficulties still marked are specific and related to computer handling, the understanding and certainty of the task and the need for repetition and practice. It was evidenced that few elderly are dedicated daily at computer activity outside the classroom. The computer teaching-learning mode for the elderly is heterogeneous, noted the facility of some and the difficulty of others. Strategies and computer use practices in computer classes at Faculty for Third Age (Faculdade Aberta à Terceira Idade)" of the Faculty of Jaguariuna provided to older people opportunities to participate in social and communicative practices and social digital inclusion.

Keywords: Education, Computing, Elderly.

Introdução

A tecnologia transforma as formas de comunicação e de interação, bem como o cotidiano das pessoas. Em sociedades que empregam a informatização, utilizam-se recursos eletrônicos em diversos contextos: domésticos, institucionais, empresariais, urbanos, rurais, midiáticos, culturais, dentre outros. O ser humano vive rodeado de tecnologias como a televisão, o rádio, o telefone fixo ou móvel, os caixas eletrônicos, as câmeras de monitoramento, os computadores em geral. Tais dispositivos são disseminadores de padrões e de valores sociais e culturais (FARAH et al., 2009; MÜLLER, 2012; ZENI et al., 2013; LIMA; ALMEIDA, 2015).

Quando se conecta ao mundo tecnológico e virtual, pode-se vivenciar um processo de construção e desconstrução de identidade diante da multiplicidade dos aspectos sociais e culturais, em que as referências deixam de ser somente das estruturas externas. A complexidade tecnológica crescente tem demandado o desenvolvimento mais amplo e, ao mesmo tempo, profundo, das capacidades humanas no que se refere ao pensar, ao sentir e ao agir sobre o entorno (FARAH et al., 2009; BERBEL, 2011).

Com o avanço tecnológico, faz-se necessário dominar os diversos recursos existentes que atingem todos os âmbitos e permeiam a vida dos indivíduos nas mais variadas faixas etárias. Nessa perspectiva, aqueles que não utilizam ou não têm acesso a essas tecnologias, por vezes, acabam sendo excluídos desses processos de mudanças. Sendo assim, o letramento digital é uma possibilidade que remete ao entendimento sobre a tecnologia, a informática e a comunicação. O aprendizado tecnológico e a linguagem digital possibilita agir nesses espaços e com outros indivíduos que estão inseridos (FARAH et al., 2009; ZENI et al., 2013; LIMA; ALMEIDA, 2015; PAULOZZO, 2015).

Diante do cotidiano que demanda um contato mais próximo com os diversos aparelhos eletrônicos para desempenhar as atividades rotineiras, os idosos veem a necessidade de se inserirem no universo digital para poderem conviver com a tecnologia e usufruir dos benefícios por ela proporcionados. Contextualizar o público idoso que está inserido neste cenário também se faz importante (BIZELLI et al., 2009; FARAH et al., 2009; MÜLLER, 2012; SILVA, 2014).

Ao usar a tecnologia, os idosos são ao mesmo tempo atores, produtores e realizadores de suas ações. Os idosos têm a possibilidade de explorar os próprios interesses, de manter a autonomia, de exercer a cidadania, de localizar outros mundos, de cruzar fronteiras geográficas, de estabelecer contatos com outras gerações, bem como com a família e amigos, de estimular a mente, de descobrir e ampliar o conhecimento (FARAH et al., 2009; CHATFIELD, 2012; ZENI et al., 2013).

Por meio da tecnologia computacional, ao aprender, os idosos se atualizam, se informam, se divertem, se interagem, se comunicam, se integram e se inserem socialmente. A tecnologia pode ser capaz de transformar, de certo modo, a realidade dos idosos e de dar novo sentido em suas vidas, na medida, redimensiona seus próprios futuros. De forma participativa, os idosos continuam a opinar e a fazer a história que é construída e registrada constantemente (VALENTE, 2001; FARAH et al., 2009; MÜLLER, 2012).

Contudo, por vezes, os idosos são estereotipados e discriminados por não dominarem o conhecimento digital, na qual se conectam pessoas e sistemas. No início, os idosos sentem-se inseguros por não estarem habituados à tecnologia em questão (FARAH et al., 2009; MÜLLER, 2012; SILVA, 2014).

Ao usarem uma tecnologia de ponta, os idosos quebram paradigmas socioculturais de que velho é passado e não se renova. A idade não é empecilho para a pessoa que quer aprender, é possível aprender durante toda a vida, apenas de formas diferentes. A aprendizagem é construída, o treinamento é mais lento, fragmentado e mediado verbalmente, no início, e aos poucos é substituído pelo desempenho rápido e automatizado. Os idosos são capazes de aprender o novo, de se organizarem para a realização de projetos, de vencer os medos e os desafios. Esses mesmos personagens continuam capazes de se manterem ativos, dadas suas condições físicas e psicológicas (VALENTE, 2001; DOLL; BUAES, 2009; FARAH et al., 2009; MÜLLER, 2012).

Para tanto, é necessário prover oportunidades que tornem o idoso um aprendiz virtual, fornecendo educação, estimulação cognitiva, interação e bem estar. Por meio do letramento digital, o idoso poderá ter mais autonomia e independência na vida cotidiana e uma atuação mais ativa e participativa nas relações sociais (ZENI et al., 2013; LIMA; ALMEIDA, 2015).

Com isso, o presente estudo teve por objetivos identificar as motivações dos idosos para aprender informática e analisar as estratégias e práticas de uso do computador em sala de aula, a presente pesquisa se justifica pela demanda acadêmica e social sobre o letramento digital de idosos.

Método

Os participantes da presente pesquisa foram idosos que se matricularam no curso de informática voltado especificamente para esse público, no período de 2013 a 2015. Para a realização foi aplicado um protocolo contendo questões objetivas acerca do contato com o computador, interesses em fazer o curso de informática, principais dificuldades ao aprender informática e acessar a internet, estratégias de estudo e, por fim, avaliação do curso quanto aos aspectos didático-pedagógicos, organização das atividades e infraestrutura e recursos audiovisuais. Diante do tratamento e análise dos dados, utilizou-se o programa IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 2.0.

As questões éticas foram cumpridas de acordo com a Resolução Nº. 196, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos, principalmente no que se refere à explicação da pesquisa, ao esclarecimento de dúvidas preexistentes e à assinatura e o consentimento dos participantes. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE: 51343415.8.0000.5409).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente enxerto apresenta dados relativos aos interesses, expectativas e objetivos dos idosos ao participarem de um curso de informática, bem como as principais dificuldades e estratégias de ensino para aprenderem modalidade. Ressalta-se que os idosos participantes do curso de informática assinalaram mais de uma alternativa em cada variável.

Diante dos interesses, expectativas e objetivos dos idosos em relação ao curso de informática, a tabela 1 mostra a frequência de tais dados.

Tabela 1. Interesses, expectativas e objetivos em relação ao curso de informática, 2013 a 2015.

Variáveis / Categorias	Frequência
Interesses e motivações	
Para ter mais conhecimento e se informar	20
Para utilizar o computador de forma autônoma e independente	18
Para se socializar com familiares e amigos	14
Aprimorar o conhecimento sobre informática	11
Por curiosidade	6
Para saber utilizar somente a internet	5
Gosto de tecnologia	4
Preciso para o meu trabalho	4
Para fazer novos amigos	4
Expectativas e objetivos	
Ter mais conhecimento e se atualizar	17
Aprender a usar o computador	15
Resolver problemas de cunho digital	5
Interagir socialmente por meio da internet	4
Exercitar a memória	1

A tabela 1 apresenta que as motivações mais frequentes dos idosos ao participarem de um curso de informática referem a *ter mais conhecimento e se informar*, e *utilizar o computador de forma autônoma e independente*, seguidas das categorias *socializar com familiares e amigos* e *aprimorar o conhecimento sobre informática*. A *curiosidade* e o *saber utilizar somente a internet* são motivações indicadas pelos idosos. Por fim, o *gostar de tecnologia*, o *precisar para o trabalho* e o querer *fazer novos amigos* também estiveram presentes como motivações para participar de um curso de informática.

Sobre as expectativas e os objetivos em relação ao curso de informática, *ter mais conhecimento e se atualizar* foi a categoria mais frequente, seguida de *aprender a usar o computador*. *Resolver problemas de cunho digital, interagir socialmente por meio da internet* e *exercitar a memória* também foram assinaladas pelos idosos participantes.

Estudos corroboram aos achados da presente pesquisa sobre as motivações quanto o uso das ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, sobretudo para comunicar e interagir, como também para permanecerem autônomos, estarem atualizados e terem uma participação mais ativa (LOLLI; MAIO, 2015; PATRÍCIO; OSÓRIO, 2015; SOARES; ISTOE,

2015).

A pesquisa de Ordonez e Cachioni (2009) identificou e classificou as motivações dos idosos aos frequentarem a Universidade Aberta à Terceira Idade em aumentar conhecimentos, em primeiro lugar; em segundo, aumentar o contato social; seguido em terceiro por investir no aperfeiçoamento pessoal e, em quarto, ocupar o tempo livre.

Ao participarem de um curso de informática, os idosos desta pesquisa apresentam diversas dificuldades relacionadas ao ensino dessa modalidade, como verificao na tabela 2.

Tabela 2. Principais dificuldades ao aprender informática e internet, 2013 a 2015.

Variáveis / Categorias	Frequência
Dificuldades ao aprender informática	
Mexer com fotos e suas propriedades	15
Acessar os menus de contexto dos programas	13
Utilizar aplicativos para executar músicas e vídeos	11
Mover arquivos e pastas	10
Salvar e mover arquivos	8
Imprimir arquivos	5
Ativar programas no Menu Iniciar	4
Operações básicas com o equipamento	2
Todas as dificuldades apresentadas	10
Dificuldades no aprendizado da internet	
Navegação	11
Favoritos	10
Fazer pesquisas e downloads	9
E-mails e tarefas específicas	4
Todas as dificuldades apresentada	10
Nenhuma dificuldade apresentada	6

As principais dificuldades ao aprender informática foram *mexer com fotos e suas propriedades*, seguidas de *acessar os menus de contexto dos programas* e *utilizar aplicativos para executar músicas e vídeos*. Propriedades dos *arquivos e pastas* e *salvar e mover arquivos* também são dificuldades frequentes, seguidas de *imprimir arquivos*, *ativar programas no Menu Iniciar* e fazer *operações básicas com o equipamento*. Alguns participantes assinalaram ter dificuldades em todas as alternativas apresentadas.

No que se refere às dificuldades no aprendizado da internet, a *navegação* em si e as opções dos *favoritos* foram as mais frequentes, seguidas de *fazer pesquisas e downloads*. Acessar os *e-mails e tarefas específicas* também foi assinalado. Alguns idosos apontaram todas as dificuldades apresentadas no que diz respeito ao aprendizado da internet. Porém, outros participantes assinalaram não terem dificuldade sobre essa modalidade.

Desse modo, evidencia-se que as dificuldades dos idosos são distintas. O estudo de Lamarca e colaboradores (2015) revelou que o grupo de idosos teve mais facilidade ao aplicar as ferramentas básicas para o seu manuseio do computador em relação à planilha eletrônica e apresentação de slides. Diferentemente de outras pesquisas que detectaram como principais problemas no uso das tecnologias de informação e comunicação para os mais idosos a digitação, a impressão de documentos, o manuseio do *mouse*, o uso da internet, o acesso ao e-mail, a comunicação e baixar arquivos; bem como dificuldades quanto à acessibilidade e relacionadas ao foro cognitivo, de falta de concentração, atenção, memória (GOULART; STOBÄUS; MOSQUERA, 2012; LOLLI; MAIO, 2015; PATRÍCIO; OSÓRIO, 2015).

Diante das dificuldades apresentadas, a tabela 3 mostra se os idosos participantes de um curso de informática adotam estratégias de estudos, utilizam métodos e, por vezes, dedicam um tempo diário à informática fora da sala de aula.

Tabela 3. Estratégias, método e tempo de estudo de informática, 2013 a 2015.

Variáveis / Categorias	Frequência
Define estratégias de estudo	
Sim	16
Não	7
Método de estudo	
Fazendo anotações	23
Segue as instruções da professora	23
Pratica em casa	16
Pratica em outro computador	7
Não pratica em casa	5
Apenas escuto as instruções da professora	0

Tempo diário dedicado ao computador	
Menos de 1 hora	16
Entre 1 e 3 horas	9
Entre 3 e 5 horas	0
Até 10 horas	1

Dos idosos que responderam, doze assinalaram que definem uma estratégia de estudo e sete não adotam métodos de estudo. Sobre os métodos de estudo, os idosos frequentemente fazem anotações e seguem as instruções da professora. Alguns praticam em casa ou em outro computador. Já outros idosos assinalaram não praticar em casa. Nenhum participante assinalou *apenas escuto as instruções da professora*.

Boruchovitch (1999) descreve diversas estratégias existentes para o ensino-aprendizagem e destaca que os procedimentos adotados são escolhidos pela pessoa com o intuito de facilitar própria aquisição, armazenamento e utilização da informação e ou tarefa. A aprendizagem do uso das tecnologias também é individualizada, dependendo de cada participante, fazendo com que cada um seja a protagonista de sua própria construção de conhecimento e aprenda em seu ritmo, em uma contínua transformação, tanto de si como da sociedade em que se desenvolve (GOULART; STOBÄUS; MOSQUERA, 2012).

O contato com a informação, o modo como esta será compreendida vai depender diretamente do nível particular de motivação e interesse. Nesse processo, no ambiente digital, o professor se faz importante para apoiar e incentivar a exploração, a experimentação, a interpretação e a seleção sobre o conteúdo. Loreto e Ferreira (2014) acrescentam que é preciso bom relacionamento entre o professor e seus alunos, pois isso, frequentemente, é um fator que motiva a frequência nas aulas e o desempenho no processo de aprendizado.

Quanto ao tempo diário dedicado ao computador, a maior parte dos idosos assinalou ficar *menos de uma hora*. Outros marcaram despender *entre uma e três horas* diárias no computador. Segundo a tabela 3, nenhum idoso fica *entre três e cinco horas* e apenas um participante fica *até dez horas* no computador. O estudo realizado por Frias e colaboradores (2011), com um grupo de idosos, identificou que a maioria utiliza o computador diariamente por

até duas horas; seguido por idosos que utilizam em até quatro horas e a minoria usa por mais de dez horas.

Por fim, a tabela 4 apresenta a avaliação dos idosos ao participarem de um curso de informática.

Tabela 4. Avaliação do curso de informática de acordo com os participantes idosos, 2013 a 2015.

Variáveis/Categoria		n (%)
Aspectos didático-pedagógicos		
Empatia e afinidade (n=17)	Ótimo	15 (88)
	Bom	2 (12)
Situações problemas (n=16)	Ótimo	5 (31)
	Bom	4 (25)
	NA*	7 (44)
Material didático-pedagógico (n=18)	Ótimo	10 (56)
	Bom	8 (44)
Participação do professor (n=18)	Ótimo	18 (100)
Organização das atividades		
Pertinência, atualidade e inovação da temática (n=16)	Ótimo	10 (63)
	Bom	6 (37)
Organização e distribuição do conteúdo programático (n=15)	Ótimo	8 (53)
	Bom	7 (44)
Adequação dos recursos educacionais às atividades (n=16)	Ótimo	9 (56)
	Bom	7 (44)
Horário e pontualidade (n=15)	Ótimo	13 (87)
	Bom	2 (13)
Infraestrutura e recursos audiovisuais		
Instalações físicas da sala de aula (n=17)	Ótimo	9 (56)
	Bom	7 (38)
	Regular	1 (6)
Acessibilidade e funcionalidade (n=17)	Ótimo	8 (44,4)
	Bom	9 (50)
Recursos audiovisuais (n=16)	Ótimo	9 (56)
	Bom	5 (31)
	Regular	2 (13)
Comunicação, informações e atendimento (n=17)	Ótimo	11 (65)
	Bom	5 (29)
	Regular	1 (6)

* NA=Não se aplica

No que se refere aos aspectos didático pedagógico, as categorias *empatia e afinidade* e *material didático* foram avaliadas como ótimas e boas. Em *situações problemas* a maioria assinalou não se aplica, outros avaliaram como ótimo e bom. Sobre a participação do professor houve unanimidade ao avaliarem como ótima.

Quanto à variável organização das atividades, a maioria dos participantes avaliaram as categorias *pertinência, atualidade e inovação da temática*, *organização e distribuição do conteúdo programático*, *adequação dos recursos educacionais às atividades* e *horário e pontualidade* como sendo ótimas e boas.

Por fim, sobre a infraestrutura e recursos audiovisuais, os idosos avaliaram a *acessibilidade e funcionalidade* em ótimo e bom. As categorias *instalações físicas da sala de aula*, *recursos audiovisuais* e *comunicação, informação e atendimento* foram avaliados como sendo ótimos, bons e regulares. Vale destacar que essa variável se refere ao local onde o curso é desenvolvido.

De modo geral, o curso de informática segundo os participantes idosos é avaliado como ótimo e bom, expressando total satisfação. Na pesquisa de Ordonez e Cachioni (2009) realizada com idosos matriculados na Universidade Aberta à Terceira Idade, grande parte dos entrevistados declarou "satisfeita" e "muito satisfeita" com seu envolvimento no programa, sugerindo que os objetivos foram atingidos de modo eficaz às necessidades suscitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sociedades cada vez mais digitalizadas, ao qual o avanço é iminente e a tecnologia se faz presente em quase todos os contextos, para continuarem autônomas e participativas, as pessoas precisam se manter atualizadas constantemente. A busca por conhecimento, aperfeiçoamento e treinamento duradouro, para manusear essas ferramentas, se faz necessária, especialmente para aqueles, como os idosos, que nasceram dessa ampliação tecnológica.

Diante dos dados apresentados, o curso de informática segundo os participantes é avaliado como ótimo e bom, expressando total satisfação. As motivações, as expectativas e os objetivos dos idosos ao participarem de uma oficina de informática exclusiva para esse público estão voltados justamente para a atualização tecnológica e aquisição de conhecimento nesta área. As dificuldades assinaladas ainda são pontuais e correlacionadas ao manuseio do computador, ao entendimento e segurança sobre a tarefa e à necessidade de repetição e prática. Evidenciou-se que poucos se dedicam diariamente à

atividade de informática fora da sala de aula, ora por não terem o equipamento ou mesmo não terem tempo, ora por não estarem totalmente seguros executarem as tarefas.

Uma vez que o modo de ensino-aprendizagem de informática para idosos é heterogêneo, observado na facilidade de alguns e na dificuldade de outros, recomenda-se mais investigações sobre o assunto, principalmente no que se refere ao processo de aprendizado e às estratégias que os idosos adotam nesta modalidade. Ressalta-se, por fim, que o registro na literatura sobre a temática ainda é escasso mesmo sendo notória a interferência da tecnologia no âmbito social dos idosos.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, vol. 32, n. 1, p. 25-40, 2011.

BORUCHOVITCH, Evely. Estratégias de aprendizagem e desempenho escolar: considerações para a prática educacional. **Psicol. Reflex. Crit**., vol.12 n.2, Porto Alegre. 1999.

CHATFIELD, Tom (Tradução: FIUZA, Bruno). **Como viver na era digital**. Editora: Objetiva, 2012, p.176.

DOLL, Johannes; BUAES, Caroline Stumpf. Aprendizagem em cursos de inclusão digital para pessoas adultas e idosas. **RBCEH**, Passo Fundo, vol. 6, n. 3, p. 320-331. 2009.

FARAH, R. M. et al.. Novas Tecnologias no Envelhecimento. **Revista Kairós Gerontologia**, Caderno Temático 5, vol. 12, p.128-172. 2009.

FRIAS, Marcos Antonio da Eira et al. Utilização de ferramentas computacionais por idosos de um centro de referência e cidadania do idoso. **Rev. Esc. Enferm. USP**, vol.45, n.spe, pp.1606-1612. 2011.

GOULART, Denise; STABÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño. Inclusão digital na adultez tardia e o reencantamento da aprendizagem. In: FERREIRA, Anderson Jackle et. Al. (org.). **Educação & envelhecimento – Dados eletrônicos**. Porto Alegre: EdiPUCRS, p.79-94. 2012.

LAMARCA, Daniel Sá Freire et al. TIC presente nas universidades: uma análise no projeto de extensão Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI). **8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP**, 2015.

LIMA, Samuel de Carvalho; ALMEIDA, Lúrya Valéria de Oliveira Sousa. Letramento Digital de Idoso no contexto da EJA em Mossoró-RN. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, vol.4, n.1, 2015.

LOLLI, Maria Carolina Gobbi dos Santos; MAIO, Eliane Rose. Uso da tecnologia para idosos: perfil, motivações, interesses e dificuldades. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**. Sinop/MT/Brasil, vol. 5, n. 2, p. 211-223, jul./dez. 2015.

LORETO, Elisa Sergi Gordilho; FERREIRA, Giselle Martins dos Santos. Desafios e possibilidades para a Inclusão Digital da Terceira Idade. **Revista Eletrônica de Educação**, vol. 8, n. 2, p. 120-137, 2014.

MÜLLER, Daniele. **O Envelhecimento e a Inclusão Digital de Idosos**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul. 2012.

ORDONEZ, Tiago Nascimento; CACHIONI Meire. Universidade aberta à terceira idade: a experiência da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. **RBCEH**, Passo Fundo, vol. 6, n. 1, p. 74-86, jan./abr. 2009.

PATRÍCIO, Maria Raquel; OSÓRIO, Antonio. Inclusão Digital com Aprendizagem Intergeracional. Challenges 2015: Meio Século de TIC na Educação. **Biblioteca Digital Instituto Politécnico de Bragança**, p.795-809. 2015.

PAULOZZO, Marília Degasperi. **Experiência com Informática para pessoas da Terceira Idade**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Instituto de Biociência. Rio Claro. 2015.

SILVA, T. R. et al. Inclusão Digital da Terceira Idade. **Anais Congresso Sul Brasileiro de Computação**, vol. 7. 2014.

SOARES, Márcia Regina Pacheco; ISTOE, Rosalee Santos Crespo. Alfabetização e Inclusão de Pessoas Idosas: uma proposta interdisciplinar mediada pelas tecnologias da informação e da comunicação. **Revista Científica Interdisciplinar**. Nº 3, vol. 2, artigo nº 17, julho/setembro 2015.

VALENTE, José Armando. Aprendizagem Continuada ao longo da Vida: o exemplo da terceira idade. KACHAR, Vitória (Org.) **Longevidade: um novo desafio para a educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001, p.27-44.

ZENI, J. et al. **Inclusão Digital – Informática Terceira Idade**. Seminário de Extensão Universitária da Região Sul. 2013.

TRALLO, Roberta dos Santos Tarallo

Gerontóloga e Mestre em Gerontologia pela FCM/UNICAMP. Doutoranda em Educação na FE/UNICAMP. Professora terceirizada do Curso do Programa de Formação e Educação Continuada do Idoso - PROFECI da Faculdade de Jaguariúna.
Link do Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7626320912350132

SÉ, Elisandra Villela Gasparetto
Fonoaudióloga formada pela Faculdade Integradas Teresa D'Ávila de Lorena – FATEA (1995). Mestre em Gerontologia – Faculdade de Educação – FE/UNICAMP (2003). Doutora em Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem – Área de Neurolinguística – IEL/UNICAMP (2011). Especialista em Educação em Saúde para Preceptores do SUS pelo Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa – IEP/HSL (2014). Exerceu a função de pesquisadora colaboradora no Ambulatório de Psiquiatria Geriátrica do Hospital de Clínicas – FCM/UNICAMP (2000-2012), e no Ambulatório de Geriatria e Gerontologia – HC/FCM/UNICAMP (2007-2010). Foi pesquisadora colaboradora no Centro de Convivência de Afásicos – IEL/UNICAMP (2006-2011). Foi Presidente da Associação Brasileira de Alzheimer – Regional São Paulo, gestão 2012-2014. Coordenadora da Associação Brasileira de Alzheimer – ABRAz Sub-regional Campinas/SP e da Sub-regional de Jaguariúna/SP. Foi pesquisadora visitante na Associação Alzheimer Portugal – Lisboa (2013). Foi membro conselheiro do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo (2012 – 2014), e do Conselho Municipal do Idoso de Jaguariúna (2012 – 2013). Atualmente é membro do Conselho Municipal do Idoso de Jaguariúna. Diretora do Centro Educacional Perspectiva, Cursos de Pós-graduação e extensão com parceria Grupo Polis Educacional (Faculdade de Jaguariúna e Faculdade Max Planck de Indaiatuba). Idealizadora e Coordenadora do Programa de Formação e Educação Continuada do Idoso da Faculdade Jaguariúna e da Faculdade Max Planck, Indaiatuba – SP. Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa de Seres Humanos da Faculdade de Jaguariúna e da Faculdade Max Planck. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Uso de Animais da FAJ e da Faculdade Max Planck. Conselheira do Conselho Municipal do Idoso de Jaguariúna. Membro Conselheira e Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisas Interdisciplinares da Faculdade de Jaguariúna e da Faculdade Max Planck. Membro parecerista da Revista Intellectus. Professora Titular da Universidade Paulista – UNIP É colunista semanal do site Vya Estelar da UOL. Coluna Mente na Terceira Idade. Link do Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1267773065197502

"LAR FELIZ": RELATO DE PESQUISA EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

"Happy Home": Report of Research Institution of Teens and Childrens Reception

PAULINO-PEREIRA, Fernando César
Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão

POLTRONIERI, Renata.
Faculdade de Jaguariúna

ALVES. SANTOS, Lara Gabriella
Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão

Resumo: O Lar Feliz, na cidade de Jaguariúna/SP, é uma instituição que acolhe crianças e adolescentes afastadas do meio familiar, por sofrerem maus tratos ou encontrar-se em situação de risco. O objetivo das visitas na Instituição foi o de investigar e fornecer elementos para o diagnóstico do grupo identificando as representações dos membros acerca de sua realidade, expressar o conjunto das representações coletivas e observar a movimentação dos sujeitos no Campo Afetivo. Os dados observados foram registrados em Diário de Campo. Das observações participativas realizadas sugeriu-se um trabalho de oficina-vivência com os adolescentes. A construção da identidade na adolescência é marcada pela referência aos grupos, a amizade é um vínculo afetivo forte entre eles durante suas permanências na Instituição, porém o "olhar" para um futuro fora da Instituição mostra que eles não deixaram de sonhar.

Palavras-chave: Instituição, Adolescentes, Identidade.

Abstract: The Happy Home in the city of Jaguariúna / SP, is an institution that welcomes children and adolescents that are away from the family, for being abused or be at risk. The purpose of the visits in the institution was to investigate and provide evidence for the diagnosis of group members identifying representations about its reality, to express the set of collective representations and observe the movement of the subject in the Affective Field. The observed data were recorded in Field Journal. Of participatory observations made suggested a work-shop experience with teens. The construction of identity in adolescence is marked by reference to groups, friendship is a strong emotional bond between them during their stays in the institution, but the "look" for a future outside the institution shows that they have not stopped dreaming.

Keywords: Institution, Teens, Identity.

Introdução

Como atividade prática da disciplina de "Atenção à Saúde em Instituição", foi proposto aos alunos do 8º semestre do curso de Psicologia da Faculdade de Jaguariúna, no ano de 2008 que, em grupos, visitassem cada qual, uma Instituição Total que abrigasse adolescentes. O intuito era de conhecer a instituição e fazer uma intervenção com os jovens institucionalizados, sedimentando na prática a teoria apresentada aos alunos durante o semestre. Goffman (2007, p.11) entende Instituição Total como um "*local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada".*

De acordo com César (1998) a mesma ciência higienista que no final do século XIX, início de século XX "inventa" a adolescência como seu objeto de estudo, institui um novo modelo de família – a burguesa – cuja atenção é centrada na educação dos filhos, tendo a mãe um papel de destaque e recria as instituições apropriadas ao amparo e vigilância desses adolescentes, como as escolas e instituições jurídicas e correcionais, para onde eram enviadas as crianças e adolescentes cujas famílias não davam conta de criar conforme os moldes higienistas (longe das ruas), normalmente filhos de pobres.

A instituição visitada, Lar Feliz, situada na cidade de Jaguariúna – SP, abriga crianças e adolescentes – de até 18 anos que são afastadas de suas famílias, por essas serem consideradas pelo Estado de não terem condições financeiras e/ou emocionais de "educá-las" como adultos saudáveis – vistas muito provavelmente como delinqüentes juvenis.

São, na sua maioria, crianças e adolescentes, que sofriam maus tratos ou encontrava-se em situação de risco dentro da família, além de outras que foram totalmente abandonadas. Toda criança e adolescente que estão em situação de acolhimento institucional têm o direito à convivência familiar e comunitária. O Acolhimento Institucional é uma das medidas de proteção aos direitos de crianças e adolescentes que está no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A aplicação implica na suspensão do poder familiar, ocasionando o afastamento temporário da criança do convívio familiar. O Acolhimento Institucional deve ser aplicado apenas em situações em que os

pais ou responsáveis deixarem de cumprir seus deveres de sustento e de proteção aos filhos. A medida de suspensão do poder familiar também deve ser aplicada nas situações de crianças e adolescentes que foram submetidos a abusos, maus tratos ou devido ao descumprimento de determinações judiciais.

Segundo os diretores da Instituição “Lar Feliz”, o trabalho na instituição é feito com base na reeducação estruturada na disciplina, no senso moral e no conhecimento espiritual, a partir do que propõe aos internos uma “ajuda no reconhecimento do papel dos afetos na vida, nos processos de aprendizagem e nas práticas profissionais, levando ao autoconhecimento e o conhecimento e aceitação do outro enquanto diferente”.

A visita do grupo à Instituição “Lar Feliz” teve por objetivo fornecer elementos para o diagnóstico do grupo, além de identificar as representações dos membros desse grupo acerca de sua realidade, expressar na forma de desenho o conjunto das representações coletivas e observar a movimentação dos sujeitos no campo afetivo. Além de refletir criticamente acerca das peculiaridades da institucionalização de crianças e adolescentes e suas conseqüências em termos de inclusão e exclusão social, e caracterizar a atuação do psicólogo no atendimento de crianças e adolescentes no contexto institucional, considerando a diversidade teórica que o embasa.

As famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional possuem diversas dificuldades para suprir as necessidades básicas de seus filhos. Em algumas situações ocorre a negligência, a violência ou abuso sexual, maus tratos, exploração do trabalho infantil, constituindo assim violação de direitos. Diante deste contexto ocorre o acolhimento institucional.

Foram realizadas três visitas à Instituição, sendo a primeira com o objetivo de conhecê-la e colher dados sobre ela de um modo geral, já as demais foram utilizadas para a aplicação de oficina de vivência junto aos adolescentes. As visitas eram agendadas com antecedência e acompanhadas pela psicóloga da Instituição.

Os dados e observações coletados durante as três visitas foram cuidadosamente registrados em diários de campo. Pelissari (1998) refere-se ao “Diário de Campo” como “recurso metodológico individual e pessoal, que no

conhecimento e/ou reconhecimento de uma situação específica ou contexto, retrata o que se olha, como se olha e o que faz com o que está olhando".

O Diário de Campo é um instrumento importante a ser utilizado na pesquisa-ação. É através dele que se pode relatar as experiências vividas pelo pesquisador. Nos Diários, que são relatos retirados à partir da percepção dos sentidos, há que se estar atento ao que se olha e a forma como olhamos a coisa observada, o olhar do pesquisador é reflexo de experiências passadas que são mescladas com as vividas no campo. Este instrumento torna-se de grande valia quanto a forma com que ele possibilita um registro dos dados, é através deste registro que se pode planejar uma melhor intervenção ou até mesmo para possibilitar elementos emancipatórios aos participantes da pesquisa, há também a regressão aos dados, que servem posteriormente para que possam ser elaborados relatórios posteriores para que as experiências ali vivenciadas possam ser compartilhadas posteriormente.

A partir do que fora observado na primeira visita montou-se um projeto especificando a forma como seria conduzido o trabalho (oficina/vivência) com os adolescentes, o qual foi entregue e aprovado pela psicóloga da Instituição.

Os adolescentes foram convidados a participar da atividade (as meninas na segunda visita em 13/11/08 e os meninos na terceira visita em 17/11/08). O grupo que aceitou o convite foi dividido em subgrupos, de acordo com o número de participantes. A atividade consistia em se elaborar, coletivamente, um desenho que representasse a forma como o grupo percebe seus sentimentos e anseios e narrar para os demais grupos o significado do desenho.

O tempo utilizado na atividade foi de uma hora aproximadamente, sendo 10 minutos para a apresentação do grupo e instruções, 30 minutos para a elaboração do desenho e 10 minutos para cada grupo apresentar seu desenho.

Foram utilizados: giz de cera, cartolinas, lápis de cor e caneta hidrocor na confecção dos desenhos. Os encontros com os adolescentes aconteceram no refeitório da Instituição, local amplo, com várias mesas redondas – ideal para a atividade.

Descrevendo a Práxis

A instituição escolhida para visita e elaboração desse trabalho foi o "Projeto Lar Feliz", na cidade de Jaguariúna – SP. O "Projeto Lar Feliz" nasceu oficialmente em maio de 2001 e abriga crianças e adolescentes de 0 – 18 anos. Essas crianças, em sua maioria, são afastadas da família por encontrarem-se em situação de risco, mas existem também ali, crianças que foram totalmente abandonadas pela família. A medida de suspensão do poder familiar também deve ser aplicada nas situações de crianças e adolescentes que foram submetidos a abusos, maus tratos ou devido ao descumprimento de determinações judiciais. "Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em uma família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes" (Art. 19 do ECA, 1990)

A maioria das crianças permanece no Lar por cerca de seis meses, tempo em que o Serviço Social procura por outros membros da família que queiram ficar com a criança até que os pais dessa revertam a situação problema e a criança possa retornar ao lar. A entidade não tem fins lucrativos e se mantém hoje graças ao apoio de prefeituras e doações de empresas e pessoas. Ela conta hoje com dois sítios, sendo que num deles residem todas as crianças divididas em: um berçário, uma casa de meninas/adolescentes, uma casa de meninos e outra para adolescentes do sexo masculino.

O outro sítio abriga missionários e voluntários, existindo a proposta de desenvolver ali algumas linhas de trabalho como criação de animais e aves, cultivo de plantas, fabricação de pães e bolos, dentre outros. Todas as crianças e adolescentes freqüentam as escolas do município e aquelas que estão atrasadas na educação têm aulas de reforço escolar com professores particulares voluntários. O acolhimento institucional deve possuir um caráter mediador. As instituições de acolhimento institucional, portanto deverão mediar, articular para fazer a intervenção de forma a considerar a contradição e a totalidade da situação. A vida cotidiana contém importantes características para que possamos entender a complexidade dos sujeitos. É necessário que as políticas sociais sejam mais eficazes que consigam gerar a inclusão social. É

difícil romper com a situação de miséria e exclusão social de forma individual, serão necessárias importantes transformações sociais.

No sítio procura-se seguir a rotina de uma família tradicional: acordar, higiene, café da manhã, escola, brincar, reforço escolar, limpeza e organização da casa, oficinas de artesanato, banho, jantar, dormir. As crianças e adolescentes são envolvidos nos deveres diários da casa – cozinha, limpeza e organização, seguindo uma escala de trabalho, além disso, cada qual lava as roupas que utilizam, menos as de cama e banho, que vão para a lavanderia - as roupas são da instituição e de uso geral entre as crianças e adolescentes.

A família tem um papel importante na formação do sujeito, e é considerada prioritária na proteção integral das crianças e adolescentes, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, é também, contraditoriamente, o cenário de maior expressão das desigualdades sociais. O grande desafio para os profissionais que trabalham com as famílias é pensar de que forma reverter esta situação. Como transformar as famílias em sujeitos de direitos que sejam conscientizados de sua condição de subalternidade e através de lutas sociais consigam reverter suas histórias.

No horário contrário ao da escola os internos têm aula de música, computação, inglês, artesanato, orientação sexual, atividades de lazer na piscina e quadra, dentre outros. Algumas atividades acontecem no sítio, porém, a maioria delas dá-se fora da instituição, uma vez que a preocupação maior está na inclusão social desses indivíduos. Crianças e adolescentes que estão em situação de Acolhimento Institucional têm o direito à convivência familiar e comunitária. Significa que estes sujeitos não devem ser desvinculados de sua família de origem pelo fato de estarem Institucionalizados. As Instituições devem manter os vínculos afetivos e sociais destas crianças e adolescentes com sua família de origem e com sua comunidade.

Os adolescentes que não foram reintegrados ao lar por um motivo ou outro são inseridos no mercado de trabalho e passam a estudar à noite. Eles ficam com parte do salário que recebem e a outra parte (cerca de 40%) vai para um fundo em benefício deles próprios, para poderem deixar a instituição quando for à hora – após os 18 anos. O Projeto Lar Feliz abriga hoje 64 crianças / adolescentes, sendo 32 meninas e 32 meninos, quatro deles são

bebês e conta com uma equipe de 35 funcionários entre monitores, assistente social, psicóloga, escrituraria e cozinheira.

Diante do que foi descrito acima a respeito da instituição percebemos que apesar do Lar Feliz destituir o indivíduo de alguns aspectos do seu "eu", uma vez que o submete a regras gerais, dentre as quais chama atenção o uso de roupas coletivas, mostrando a anulação do individual, da subjetividade - Goffman (2007) refere-se a isso como perda das "comodidades materiais" que tende a refletir uma perda de escolha pessoal – existe a preocupação em manter outros, quando insere essas crianças/adolescentes em grupos diferentes fora da instituição.

Ao mandá-los para fora da instituição para estudar, participar de oficinas e outras atividades, junto a grupos diferentes, a instituição está permitindo que essas crianças/ adolescentes assumam outros papéis – o de aluno, de amigo, de jogador de futebol, de músico, de artesão, dentre outros – a partir do que esses indivíduos constroem sua identidade. Segundo Ciampa (1986, *apud* PETERS et al. 2007) o suceder de papéis e personagens colocam o indivíduo numa dinamicidade criativa que leva à produção da identidade. Diferente da mesmice que tolhe o vir a ser (PETERS et al. 2007).

Galletti (2000, apud PETERS et al., 2007) lembra que a construção da identidade na adolescência é marcada pela referência aos grupos, na possibilidade da construção de identificações no confronto com o outro e o estabelecimento de vínculos. A medida de acolhimento institucional, também pode ser vista como uma estratégia, utilizada para a sobrevivência de algumas famílias, que entregam seus filhos acreditando que, naquele espaço, terão um desenvolvimento mais saudável. Visto a sua carência de recursos e a garantia de seus filhos conseguirem estudar, se alimentar e vestir justifica a convivência institucional em detrimento à convivência familiar.

As famílias de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional fazem parte desta população de sujeitos ameaçados, sem uma condição de trabalho formal, sem segurança, que precisa ter segurança e proteção social. Sujeitos que desconhecem suas capacidades, que estão numa situação de exclusão e não se vem mais com condição de transformar suas realidades. Algumas pesquisas apontam para os principais aspectos representativos para as crianças e adolescentes em relação à

institucionalização, como de que os abrigados possuem fortes vínculos com a família biológica; tem pouca ou nenhuma informação a respeito de seus processos judiciais; veem o abrigo como um lugar acolhedor para com suas necessidades básicas.

A criança e o adolescente que é acolhido no Lar Feliz trazem consigo uma bagagem histórica e as circunstancias que ocorreram em sua vida e que causou a retirada da sua família de origem e de sua comunidade. Os profissionais das instituições de acolhimento têm uma importante tarefa de poder ser os articuladores destes fatos e realidades. Isto fará com que não se veja estes sujeitos somente a partir da situação da qual foram rompidos os laços familiares e sim a totalidade a que eles pertencem

É perceptível a importância da amizade no vínculo afetivo que os adolescentes fazem durante suas permanências na Instituição, isso é constatado quando observamos as frases e desenhos colocados nos trabalhos realizados: “amigos nunca se vão, apenas tomam rumos diferentes”, desenharam vários rostos juntos e escreveram “amizade”, desenharam uma carinha sorridente e disseram que simbolizava a amizade, e um coração partido que é “quando os amigos se vão” (Diário de Campo 13/11/2008).

As crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento estão na maior parte do tempo em grupos e nesta convivência diária expressam e revelam suas histórias de vida. Quanto mais houver espaços para expressão e elaboração dessas histórias, como esse que aqui foi relatado, mais ferramentas haverá para se lidar em situações de conflito e ajudar as crianças e adolescentes a se fortalecerem. É preciso combater as políticas de identidade que servem para manutenção da realidade do indivíduo, impossibilitando muitas vezes que ele consiga sua diferenciação, impondo-lhe a heteronomia que nega a experiência e atribui um sentido *a priori* para a vida do indivíduo.

Atuando junto a esses jovens numa perspectiva de um atendimento grupal, buscando atuar no sentido de preservar à vida comunitária e no desenvolvimento para a autonomia desses sujeitos. O espaço do grupo permitiu que, através do contato com relatos de outros participantes e seus desenhos, cada criança e adolescente identifique-se com as histórias dos demais e possa mobilizar e elaborar a sua. O grupo pode levar, assim, à construção de novas compreensões a respeito de si mesmo e do outro,

possibilitando o relacionamento com as diferenças e a aprendizagem de novas formas de lidar com as situações da vida.

Mesmo ficando evidente que a família os deixa e muitas vezes não os quer de volta esses adolescentes demonstram-se felizes nessa instituição, alguns querendo retornar ao lar, enquanto outros não. O sofrimento, as condições de vida antes de irem para a Instituição e a própria vida na Instituição podem causar frases como esta: “Eu amo o Lar Feliz! Agora sou uma menina boa” (Diário de Campo 13/11/2008) – o que é bastante preocupante. A formação de grupos que abordem temas relevantes para o desenvolvimento das relações e dos vínculos é de grande contribuição.

Também é possível levar os abrigados a participar da comunidade na qual estão inseridos, seja através da escola ou outras instituições. O trabalho em grupo revelou-se uma estratégia produtiva para trabalhar a expressão e compartilhamento das histórias de vida nas instituições de acolhimento. Nos grupos, quando é possível construir um espaço de respeito e confiança, cada criança/adolescente pode compartilhar suas histórias percebendo temas e situações parecidas nas vivências de outros. Isso gera uma aproximação afetiva entre algumas crianças e adolescentes e uma maior compreensão de cada um sobre sua própria história.

Quanto ao futuro fora da Instituição, as meninas querem profissões como professora ou estilista, enquanto que os meninos querem ser jogadores de futebol ou peão de rodeio (Diário de Campo 17/11/2008), possivelmente influenciados pela mídia – profissões rentáveis financeiramente e que não requerem muitos estudos. É preciso lidar com estas situações adversas levando em conta a realidade dessas crianças e adolescentes. Cada situação de acolhimento requer uma forma de intervenção.

É preciso intervenções que como essa realizada no Lar Feliz, contemplem uma (re) construção de um projeto de vida, e através dos desenhos pensar sobre a construção de recursos para lidar com as sequelas do passado e de padrões disfuncionais, bem como a capacidade de dizer, construir novas leituras, resinificando sentimentos como, baixa autoestima, impotência, desconfiança no futuro e nos outros.

Considerações Finais

As observações e dados coletados em função desse trabalho dão conta de responder os objetivos pré-estabelecidos a esse e nos levam à compreensão de que o "Projeto Lar Feliz", embora atenda aos moldes de instituição total, procura dar aos internos o suporte que deveria ter sido dado pela família – segundo o modelo higienista (CESAR, 1998) – e que essa, por algum motivo não foi capaz de fazê-lo, sem, contudo fadar seus internos à "serialidade" descrita por Sartre e citada por Peters et al. (2007), como ser produzido pelo outro como mercadoria, em série, descaracterizado da condição de ser humano, sem querer próprio, desprovido de subjetividade, embora ainda existam fatores que remetam à lembrança dessa instituição que engessa o indivíduo, e que, sem dúvida precisa ser revisto.

Um exemplo disso são as roupas de uso coletivo. Porém, em contrapartida, proporcionam, além da escola, diversas atividades fora da instituição para que ocorra a inclusão social. É relevante afirmar que independente do lugar, família de origem, família substituta ou instituição de acolhimento, a criança pode se desenvolver se tiver o mínimo de amparo comunitário para a construção de vínculos afetivos e aprendizagem das leis e regras sociais. Assim, discussões realizadas nesse artigo são apenas algumas das contribuições possíveis dos pontos citados, havendo ainda espaço para novas pesquisas, e novos debates da temática.

O trabalho do psicólogo encontra lugar de destaque devido ao desafio de tantas representações e subjetividades envolvidas no processo de acolhimento, que se entrelaçam em uma rede complexa de proteção e cuidado, sobretudo, para a reflexão acerca do lugar da família e da comunidade no desenvolvimento dos abrigados, bem como no sentido de tornar a instituição permeada pela afetividade, onde se pode construir subjetividades e ao mesmo tempo desenvolver a autonomia do sujeito, como uma preparação para a vida, para sua emancipação. A emancipação implica na participação ativa do sujeito e envolve o empoderamento com vistas à organização social e ao enfrentamento, ou seja, promove a transformação social.

Referências Bibliográficas

CÉSAR, M. R. A. A Invenção da “Adolescência” no discurso Psicopedagógico, Dissertação de Mestrado, Campinas, **Unicamp**, 1998.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. 7ª edição, São Paulo, **Perspectiva**, 2007.

PELISSARI, M. A. O Diário de Campo como instrumento de coleta e registro de dados, Piracicaba, Unimep, (**Mimeo**) 1998.

PETERS, S.; PAULINO-PEREIRA, F. C.; SOARES, S. R. Intervenção em processos grupais e a questão da identidade de adolescentes em situação de pobreza. In **Travessias: Pesquisas em educação, cultura, linguagem e arte**, UNIOESTE (online), v. 01, n.01, p.01-24, 2007.

REFLEXÕES SOBRE OS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Reflections on learning problems

PEREIRA, Patrick
Faculdade Jaguariúna

A transmissão direta da cultura como estratégia para a perpetuação da espécie é um dos principais fatores que distinguem o ser humano das outras espécies animais, e ocorre de forma dinâmica e multideterminada em inter-relação com a estrutura do sujeito (VIGOTSKI 1996). O meio social dotado de padrões e valores perpetuados pelas instituições criadas pelo homem, pode levar o individuo para uma situação na qual sua qualidade de vida será muito além ou aquém do que sua capacidade biológica permitiria caso vivesse dependendo unicamente dos recursos da natureza.

Quanto mais o conhecimento humano evolui, mais afastadas da natureza e dependentes das cidades as pessoas se tornam, e esse é um movimento que parece não ter volta (CAIAFFA 2008). Nesse sentido, a transmissão da cultura e do conhecimento que tem se acumulado ao longo dos séculos tem ganhado cada vez mais importância, e a educação básica que antes era responsabilidade apenas da igreja e se destinava a uma minoria da população, hoje é obrigatória pelo estado e alcança praticamente a todos.

Outro fator evidente na espécie humana é sua diversidade comportamental, cada vez mais ampliada pela miscigenação de diferentes culturas e saberes. Várias teorias e conceitos se complementam na tentativa de explicar ou exemplificar o fato de que nenhum ser humano é igual a outro, e expressões como subjetividade, idiossincrasias, personalidade, repertório, etc. se confundem no senso comum enquanto sinônimos, explicação ou mesmo justificativa para a diferença entre os seres humanos. Porém, quando essa diferença implica em uma dificuldade em conviver com certas pessoas, essas palavras são substituídas por outras, tais como transtorno, síndrome, doença mental, etc. que nos auxiliam a aceitar uma “anormalidade” humana passível de tratamento (ou correção), como bem revela Machado de Assis no livro o Alienista (1979).

Considerando o exposto acima, é possível concluir que quanto mais pessoas tiverem acesso à escola, mais dificuldades serão estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem, e consequentemente mais conflitos passarão a figurar nas relações interpessoais entre os alunos e entre alunos e professores, principalmente considerando a forte imposição do Estado para que todos frequentem a educação básica (PEREIRA 2013). Por outro lado, maiores serão as possibilidades para que as habilidades sociais se desenvolvam de maneira plena.

Os problemas de aprendizagem podem ter origens diversas e múltiplas. Isso reflete a diversidade humana, tanto em âmbito biológico e principalmente no cultural e subjetivo. Como exemplo cita-se a constatação de Montoya (1996), que sob uma perspectiva desenvolvimentista Piagetiana, aponta as condições nutricionais de crianças como condicionantes para a aprendizagem. A mesma autora, porém, reflete que outros determinantes sociais como escolaridade e profissão dos pais exercem grande influência no aproveitamento escolar dos alunos, uma vez que o contexto familiar de crianças com baixa renda ou mantida por pessoas que exercem principalmente ofícios manuais, não proporciona e/ou não estimula o desenvolvimento das habilidades valorizadas e cobradas pela maioria das escolas. Dessa forma, devido a inadequação do que a criança é capaz e estimulada a fazer em casa em relação ao que se espera dela na escola, a dificuldade escolar tem início, podendo gerar uma série de desajustes entre a equipe escolar e o aluno, resultando em estereótipos e inadaptações que, se não resolvidas, podem perseguir o estudante durante toda a sua vida acadêmica, culminando em um crescente desapontamento com a escola, e por fim na não aprendizagem, conflitos com professores, alunos, família e até mesmo no abandono escolar.

Montoya (1996) concluiu que os fatores biológicos e sociais estão inter-relacionados, sendo difícil separá-los como determinantes únicos, afinal a criança é algo mais que a simples soma de suas partes, ou melhor, é um indivíduo, e por tanto não pode ser dividida.

A abordagem Comportamental corrobora com essa perspectiva. Skinner desde 1930 realizava experimentos para entender o comportamento humano, e o resultado de suas pesquisas ajudam na compreensão de atitudes, valores e ações humanas em diferentes contextos. Suas pesquisas

demonstraram que nosso repertório é construído em interação com o ambiente e, as contingências de reforçamento experimentadas selecionam os comportamentos, isto é, atitudes, sentimentos e até mesmo os pensamentos. Em outras palavras, nosso comportamento é uma resposta aos estímulos do meio social, histórico e cultural em que vivemos, que natural ou arbitrariamente reforçam alguns padrões comportamentais em detrimento de outros (SKINNER, 1965).

A resistência em aprender pode revelar uma parte da subjetividade do indivíduo que não se encaixa no padrão colocado pelo sistema educacional em que está submerso. Os modelos educacionais valorizam apenas uma parte do corpo da criança, a cabeça. A criança pode apenas observar e falar quando lhe é dada a permissão. O corpo é usado apenas para sentar e escrever. O olfato, tato e paladar devem ser sublimados. Considerando esses aspectos da educação formal tradicional, cabe o indagamento: o quão humana é a educação?

A partir do século XIX, com o avanço da ciência e da tecnologia, a aquisição de novos conhecimentos tem ganhado cada vez mais importância para explicarmos e vivermos nesse mundo (BAPTISTA & CAMPOS 2007), e como consequência a escola se tornou um espaço obrigatório para as crianças. Cada vez mais cedo as famílias colocam seus filhos em instituições que tem como missão propiciar o desenvolvimento intelectual das crianças (MEC 2009). Essas instituições são espaços propícios para a interação social (CUNHA 2007), e um espaço de grande influência na estruturação da personalidade dos indivíduos. Por isso, a psicologia escolar com base na Teoria Comportamental de Skinner, tem sido de suma importância para a compreensão dos fenômenos que facilitam ou dificultam o processo de ensino e aprendizagem (SÉRIO *et al*. 2012.

Na maioria das escolas as crianças são obrigadas a conviver diariamente em um ambiente que não estimula a pesquisa ou que não consegue contextualizar a importância da aquisição dos conteúdos que quer transmitir (CUNHA 2007), dessa forma não cria nos alunos uma expectativa quanto ao aprendizado, de forma que este só ocorre por meio da pressão da escola ou dos pais, quando ocorre.

A educação pautada no medo de reprovação, castigo, chacotas e outras punições é um campo fértil para a instalação das dificuldades de aprendizado e de outros transtornos, que resultam em encaminhamentos a diversos profissionais, com a missão de padronizar as crianças e facilitar seu encaixe às instituições padronizadas e padronizantes.

Nesse sentido, Schon (1953) reflete que diversas instituições educativas buscando suprir a expectativa social de formar cidadãos tecnicistas, que sabem reproduzir ações, sem no entanto ter de refletir sobre elas, não encontra caminhos alternativos, uma vez que também são pressionadas pela hierarquia na qual é constituída e também pela da própria realidade social em que está inserida.

Considerando a realidade acima descrita, é natural o crescente aumento pela procura de serviços de psicologia, psicopedagogia ou mesmo neurologia e psiquiatria. Cabe a esses profissionais identificarem o real motivo da dificuldade, e auxiliar aluno, família e escola a resolver o conflito. Essa é uma complicada tarefa, especialmente considerando que as famílias estão cada vez mais fragmentadas, e que o modelo de escola tradicional está passando por alterações substanciais previstas por leis, como por exemplo a inclusão de pessoas com necessidades especiais, que tem ganho cada vez mais espaço nos ambientes educativos e provocado grandes desafios (PEREIRA 2010).

Dessa forma, a escola tem recebido alunos de realidades diversas e não está preparada para lidar e incluir todas as idiossincrasias, o que reverbera na insegurança e consequentemente no desenvolvimento escolar (PEREIRA, 2013). Cita-se como exemplo a pesquisa realizada por Araújo com mães e professoras de crianças entre 4 e 5 anos, na qual foi constatado que embora as mães tenham insegurança na educação de seus filhos, elas atribuem grande responsabilidade às escolas na indisciplina das crianças. Enquanto que as professoras relatam necessitar da ajuda dos pais para o cumprimento das regras na escola, atribuindo-os em grande parte a causa pela falta de limite dos alunos (ARAÚJO 2007).

Dessa forma, a aproximação saudável entre a escola e a família parece ser uma das chaves para uma convivência harmoniosa na escola e o desenvolvimento humano, uma vez que as dificuldades escolares se

relacionam com aspectos sociais, emocionais e com a relação professor-aluno (ROZEKA & SERRA 2015).

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, G. B. de. Limites na educação infantil: as representações sociais de pais e professores. 84 f. **Dissertação** (mestrado). Instituto de psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007.

ASSIS, Machado de. (1979) **O Alienista**. In: Obra Completa. Vol. II, Conto e Teatro. Organizada por Afrânio Coutinho, 4ª edição, ilustrada. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, p. 253-288.

CAIAFFA, W. T.; FERREIRA, F. R.; FERREIRA, A. D.; OLIVEIRA, C. D. L.; CAMARGOS, V. P.; PROIETTI, F. A. Saúde urbana: "a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora". **Ciênc. saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v.13, n.6, p.1785-1796, Nov./Dez. 2008.

CUNHA, R. B. Lembranças de Escola na Formação Inicial de Professores. In: PRADO, G. V. T. & CUNHA, R.B. (orgs). **Percursos de Autoria: exercícios de pesquisa.** Campinas, Editora Alínea, 2007.

MEC – Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Matrículas na pré-escola e em creches apresentam aumento**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15665:-matriculas-na-pre-escola-e-em-creches-apresentam-aumento&catid=211&Itemid=164. Acesso em 15 jul. 2015.

MONTOYA, A. O. D. **Piaget e a criança favelada: Epistemologia genética, diagnóstico e soluções.** Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 1996.

PEREIRA, P. Educação Moral e Inclusão Escolar: duas práticas inter-relacionadas. In: ARAGÃO, A. M. F. de (Org.). **Caderno de Resumos e Programação do II Congresso de Pesquisa em Psicologia e Educação Moral**: Conflitos Na Instituição Educativa: Perigo Ou Oportunidade? 2011, Campinas. São Paulo, 2010.

PEREIRA, P.; MARQUES, C. A. E. ; JUSEVICIUS, V. C. C. . A Ação Dos Professores Diante Dos Conflitos Entre Alunos**. Intellectus. Revista Acadêmica Digital**, v. 25, p. 215-237, 2013.

ROZEKA, M. & SERRA, R. G. Dificuldades de aprendizagem e problemas emocionais: reflexões sobre a necessidade de uma proposta de formação docente. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 167-184, jan.-jun. 2015

SÉRIO, T. M. de A. P. *et. al.* **Controle de estímulos e comportamento operante.** 3 ed rev, São Paulo. EDUC, 2012.

SCHÖN, D., **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SKINNER, F. B. **Science and Human Behavior**. New York, The Free Press. 1965 (Publicação original 1953).

VIGOSTSKI, L. S. Problemas de la Psicologia Infantil. In: **Obras Escogidas, tomo IV.** Madri: Visor/MEC, p. 249-386. 1996.